

**37**

*cadernos temáticos CRP SP*

***Práticas em  
Psicologia e Educação***



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - CRP 06



*cadernos temáticos CRP SP*

# **Práticas em psicologia e educação**

CRP 06 · São Paulo · 2019 · 1ª Edição

## Caderno Temático nº 37 – Práticas em psicologia e educação

XV Plenário (2016-2019)

### **Diretoria**

Presidenta | Luciana Stoppa dos Santos  
Vice-presidenta | Larissa Gomes Ornelas Pedott  
Secretária | Suely Castaldi Ortiz da Silva  
Tesoureiro | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

### **Conselheiras/os**

Aristeu Bertelli da Silva (*Afastado desde 01/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)  
Beatriz Borges Brambilla  
Beatriz Marques de Mattos  
Bruna Lavinias Jardim Falleiros (*Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)  
Clarice Pimentel Paulon (*Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)  
Ed Otsuka  
Edgar Rodrigues  
Evelyn Sayeg (*Licenciada desde 20/10/2018 - PL 2051ª de 20/10/18*)  
Ivana do Carmo Souza  
Ivani Francisco de Oliveira  
Magna Barboza Damasceno  
Maria das Graças Mazarin de Araújo  
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri  
Maria Rozineti Gonçalves  
Maurício Marinho Iwai (*Licenciado desde 01/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)  
Mary Ueta  
Monalisa Muniz Nascimento  
Regiane Aparecida Piva  
Reginaldo Branco da Silva  
Rodrigo Fernando Presotto  
Rodrigo Toledo  
Vinicius Cesca de Lima (*Licenciado desde 07/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)

### **Organização do caderno**

Lucia Masini, Maria da Penha Tamburu, Alacir Cruces, Lilian Suzuki e Maria Rozineti Gonçalves

### **Revisão ortográfica**

Lucia Masini e Mariana Yumi Ramos da Silva

### **Projeto gráfico e editoração**

Paulo Mota | Relações Externas CRP SP

---

C755p Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.  
Práticas em Psicologia e Educação. Conselho Regional de Psicologia  
de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2019.  
40 p.; 21x28cm. (Cadernos Temáticos CRP SP /nº 37)

ISBN: 978-85-60405-64-0

1. Psicologia – Práticas em Psicologia e Educação. 2. VI Encontro de  
Psicólogas da Área da Educação. 3. Medicalização da Educação. 4. Patologização  
da Educação. 5. Despatologização da Educação. I. Título

CDD 150.7

---

Ficha catalográfica elaborada por Marcos Antonio de Toledo CRB8/8396

# Cadernos Temáticos do CRP SP

Desde 2007, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo inclui, entre as ações permanentes da gestão, a publicação da série *Cadernos Temáticos do CRP SP*, visando registrar e divulgar os debates realizados no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia.

Essa iniciativa atende a vários objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orientam as ações do CRP SP, o de produzir referências para o exercício profissional de psicólogas/os; o segundo é o de identificar áreas que mereçam atenção prioritária, em função de seu reconhecimento social ou da necessidade de sua consolidação; o terceiro é o de, efetivamente, ser um espaço para que a categoria apresente suas posições e questionamentos acerca da atuação profissional, garantindo, assim, a construção coletiva de um projeto para a Psicologia que expresse a sua importância como ciência e como profissão.

Esses três objetivos articulam-se nos *Cadernos Temáticos* de maneira a apresentar resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP SP, que contaram com a experiência de pesquisadoras/es e especialistas da Psicologia para debater sobre assuntos ou temáticas variados na área. Reafirmamos o debate permanente como princípio fundamental do processo de democratização, seja para consolidar diretrizes, seja para delinear ainda mais os caminhos a serem trilhados no enfrentamento dos inúmeros desafios presentes em nossa realidade, sempre compreendendo a constituição da singularidade humana como um fenômeno complexo, multideterminado e historicamente produzido. A publicação dos *Cadernos Temáticos* é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida a psicólogas/os, bem como aos diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para a profícua discussão, em diferentes lugares e de diversas maneiras, sobre a prática profissional da Psicologia.

Este é o 37º Caderno da série. Seu tema é: *Práticas em Psicologia e Educação*.

Outras temáticas e debates ainda se unirão a este conjunto, trazendo para o espaço coletivo informações, críticas e proposições sobre temas relevantes para a Psicologia e para a sociedade.

A divulgação deste material nas versões impressa e digital possibilita ampla discussão, mantendo permanentemente a reflexão sobre o compromisso social de nossa profissão, reflexão para a qual convidamos a todas/os.

*XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo*

Os Cadernos já publicados podem ser consultados em [www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br):

- 1 – Psicologia e preconceito racial
- 2 – Profissionais frente a situações de tortura
- 3 – A Psicologia promovendo o ECA
- 4 – A inserção da Psicologia na saúde suplementar
- 5 – Cidadania ativa na prática
- 5 – *Ciudadanía activa en la práctica*
- 6 – Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional
- 7 – Nasf – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- 8 – Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas
- 9 – Ensino da Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas
- 10 – Psicólogo Judiciário nas Questões de Família
- 11 – Psicologia e Diversidade Sexual
- 12 – Políticas de Saúde Mental e juventude nas fronteiras psi-jurídicas
- 13 – Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade
- 14 – Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia
- 15 – Centros de Convivência e Cooperativa
- 16 – Psicologia e Segurança Pública
- 17 – Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social
- 18 – Psicologia do Esporte: contribuições para a atuação profissional
- 19 – Psicologia e Educação: desafios da inclusão
- 20 – Psicologia Organizacional e do Trabalho
- 21 – Psicologia em emergências e desastres
- 22 – A quem interessa a “Reforma” da Previdência?: articulações entre a psicologia e os direitos das trabalhadoras e trabalhadores
- 23 – Psicologia e o resgate da memória: diálogos em construção
- 24 – A potência da psicologia obstétrica na prática interdisciplinar: uma análise crítica da realidade brasileira
- 25 – Psicologia, laicidade do estado e o enfrentamento à intolerância religiosa
- 26 – Psicologia, exercício da maternidade e proteção social
- 27 – Nossa luta cria: enfrentar as desigualdades e defender a democracia é um dever ético para a Psicologia
- 28 – Psicologia e precarização do trabalho: subjetividade e resistência
- 29 – Psicologia, direitos humanos e pessoas com deficiência
- 30 – Álcool e outras drogas: subsídios para sustentação da política antimanicomial e de redução de danos
- 31 – Psicologia e justiça: interfaces
- 32 – Conversando sobre as perspectivas da educação inclusiva para pessoas com Transtorno do Espectro Autista
- 33 – Patologização e medicalização das vidas: reconhecimento e enfrentamento - parte 1
- 34 – Patologização e medicalização das vidas: reconhecimento e enfrentamento - parte 2
- 35 – Patologização e medicalização das vidas: reconhecimento e enfrentamento - parte 3
- 36 – Psicologia, demandas escolares e Intersetorialidade: os caminhos do diagnóstico de crianças e adolescentes

# Introdução

## Núcleo de Educação e Medicalização do CRP SP

É com muita honra e imenso prazer que apresentamos esse caderno, fruto de um dia muito especial, em que tivemos o privilégio de ouvir, debater, compartilhar ideias e afetos numa parceria entre o Núcleo de Educação e Medicalização do CRP SP e o curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, nesse que foi o VII Encontro de Psicologia e Educação do CRP SP.

Ouvimos e agora você poderá ler a fala enérgica e emocionada do Prof. Marcos Vinicius, coordenador do curso de Psicologia, num desabafo, lamentando as injustiças dirigidas à memória do grande educador Paulo Freire e convocando alunos e profissionais presentes à participação na luta pela educação de qualidade.

Marilene Proença, diretora do IP USP, membro da diretoria da ABRAPEE e militante da Psicologia e Educação nos apresentou com muita propriedade elementos fundamentais sobre as Políticas Públicas de Educação, em especial as propostas de Projetos de Lei envolvendo os profissionais da Psicologia.

A Medicalização da Educação e seus efeitos perniciosos foram apontados com clareza, coerência e crítica por Maria Rozinetti Gonçalves, conselheira do CRP.

A psicóloga Ione Aparecida Xavier compartilhou conosco as experiências vividas na cidade de Sorocaba em relação à inclusão de pessoas com deficiência.

Mitsuko Aparecida Makino Antunes apresen-

tou excelente retrospecto histórico do lugar ocupado pela Psicologia como cúmplice da Educação em práticas que foram pouco a pouco sendo revistas e alteradas. Ressaltou a importância de Manoel José do Bonfim, médico que abandonou a medicina, se tornou professor catedrático de psicologia e pedagogia da escola normal do Rio de Janeiro, trazendo inovações e questionamentos à área, que originaram a construção de uma nova psicologia.

As falas foram permeadas de questões brilhantemente respondidas pelos palestrantes e a participação de estudantes e profissionais de psicologia e educação que lotaram o auditório num sábado ensolarado, revelaram que os temas e sobretudo as contribuições mútuas entre Psicologia e Educação são de fundamental importância para a garantia de direitos de todas as crianças e adolescentes brasileiros.

Os participantes tiveram ainda a oportunidade de compartilhar experiências nos vários grupos de discussão.

A conferência final realizada pelo Prof. Guillermo Arias Beatón, fechou com chave de ouro esse dia, explanando com maestria a respeito das contribuições da teoria Histórico-cultural à psicologia escolar e educacional.

Que o rico conteúdo deste caderno continue provocando reflexões aos que lá estiveram e a tantos quantos tiverem o privilégio de ler.

Boa leitura!

## VI Encontro de Psicólogas da Área da Educação

**Lilian Suzuki:** Bom dia. Para dar início aos trabalhos do dia, faço menção especial à professora Roseli Fernandes Lins Caldas e destaco a total dedicação dela para que esse evento acontecesse. Professora, meu muito obrigada. Em nome do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, eu agradeço a Universidade Mackenzie e marco a parceria com o curso de psicologia na figura do Marcos Vinícius de Araújo, coordenador do curso. Marcos, muito obrigada. Também quero me antecipar e agradecer à secretaria e a equipe de eventos sempre minuciosamente preocupados com o cuidar e o sucesso das nossas ações. Aos intérpretes de libras – língua brasileira de sinais –, Renato Rodrigues e Eliana Muniz, muito obrigada pelo precioso trabalho de vocês. Para as pessoas cegas e com baixa visão, nossos trabalhos serão aqui nessa mesa, ok? (Falo sem o microfone que é para direcionar de onde a gente está falando, porque como a gente tem vários alto falantes, às vezes, o direcionamento da voz fica difícil). Aos componentes do NEM (Núcleo de Educação e Medicalização), o qual, eu estou coordenando neste fim de gestão, muitíssimo obrigada por cuidar e por toda a dedicação. Cada um de vocês tem fortes e potentes marcas aqui nesta gestão e eu entendo que essas marcas transbordam as subssedes das quais vocês se originam e as representações que fazem. Dando continuidade, reitero que o objetivo deste encontro é contribuir para as políticas públicas de forma a eliminar toda e qualquer forma de discriminação e preconceito, promovendo a diversidade e enfrentando práticas patologizantes e medicalizantes. Vale lembrar que as metas e formas de trabalhos do Conselho Federal (CFP) e dos Conselhos Regionais (CRPs) são pautadas pelas deliberações do Congresso Nacional de Psi-

cologia realizadas a cada três anos, quando são aprovadas teses sobre a estrutura funcional dos Conselhos e os princípios que norteiam suas ações quanto aos exercícios, a formação e a ética profissional. Deliberado no nono COREP – “Psicologia no Cotidiano por uma sociedade mais democrática e igualitária”, que definiu as diretrizes políticas de âmbito estadual na gestão 2016 a 2019, o objetivo estratégico desta ação é a ampliação da inserção social da psicologia. Na conjuntura atual, com acontecimentos e as tragédias, como esta das últimas semanas em Suzano, esta conjuntura atual tem revelado a importância de parcerias na construção de uma educação democrática e de qualidade para todas as crianças e jovens brasileiros, considerando a relevância do diálogo entre psicologia e educação e o Núcleo de Educação e Medicalização do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, propõe parceria com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar (ABRAPEE) e Universidade Presbiteriana Mackenzie, num encontro que possibilite a troca de concepções e práticas desses dois relevantes campos para que cada vez menos a sociedade se veja afetada por processos medicalizantes que naturalizam problemas de ordem social, economia, política e institucional. O evento discutirá aspectos históricos e a atuação da psicologia educacional e perspectivas futuras visando construir contribuições para a educação. Assim, além das conferências haverá um espaço de debates e discussões, mesas, rodas de conversa, cujo os temas serão: Educação e políticas públicas, atuação do psicólogo na escola, inclusão na educação e medicalização, buscando enfrentar os desafios contemporâneos. Isso vai acontecer no prédio 45. Todos devem assinar uma lista passando para que vocês possam se inscrever. Eu encerro

a minha fala marcando que este é o sexto encontro de psicologia na área de educação, na história do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo sexta região. Bom trabalho a todos. Passo a palavra ao Prof. Marcos Vinicius, coordenador do curso de Psicologia do Mackenzie.

**Marcos Vinicius de Araújo:** Bom dia a todos e a todas. Em nome da Universidade Presbiteriana Mackenzie, eu saúdo a todos, desejo boas-vindas aqui no 6º Encontro Estadual de Psicologia e Educação promovido pelo CRP São Paulo. Aproveito para agradecer o convite ao Conselho, na pessoa da Lilian. Conselho que tem sido parceiro nosso em várias questões, e mais do que isso, que tem tido um papel importante de nos fazer refletir sobre a prática profissional. Tenho dito com muita frequência, foi uma conquista nossa. E falo isso para contextualizar no momento histórico em que nós estamos, é preciso sair de um modelo punitivo para um modelo educativo. Eu acho que o Conselho tem tido um papel importante em discutir práticas profissionais muito menos preocupado em punir os seus profissionais e muito mais preocupado em discutir a relação que a gente vai estabelecer com a sociedade, na qual estamos inseridos. Não podemos nunca nos esquecer que somos psicólogos aqui no Brasil, às vezes, a gente perde essa perspectiva. Então é uma grande honra estar ao lado de vocês aqui. Aproveito para saudar a professora Roseli, mais do que uma das grandes responsáveis aqui pelo evento, é uma companheira que está na luta aí pela educação há muito tempo, trabalho com ela há 20 anos e sei da seriedade do que ela faz nesse campo. É uma grande amiga além de tudo. Uma grande honra estar com você aqui, Roseli. E peço licença para saudar uma pessoa querida também, que é a professora Susete, que trabalha conosco aqui. Eu tenho um carinho muito grande, porque nós assumimos diversas funções, eu estou coordenador no momento, mas a Suzete foi a minha supervisora, a gente se encontrou em outros momentos e agora nós somos parceiros aqui, colegas de trabalho e é uma honra tê-la aqui. Não preparei uma fala, mas eu gostaria de compartilhar algumas ideias com vocês. É uma alegria muito grande reconhecer muitos dos que estão aqui. Muitos foram os nossos alunos. Vê-los em evento de Psicologia e Educação nos dá muita alegria, muitos são colegas e parceiros na luta por uma educação democrática e de qualidade e encontrá-los nesse momento em que a sociedade regrediu tanto em tão pouco tempo me energiza de novo.

Eu preciso dizer para vocês que eu precisava encontrá-los aqui, é muito bom saber que nós temos disposição. A história não é escrita só pelos nossos momentos, ela é um processo, e o tempo histórico, eu ousa falar de história ao lado de uma grande historiadora. Às vezes, a gente se angustia porque a gente usa o nosso tempo cronológico e fala: "Puxa, mas as coisas não avançam, muda tão pouco". Não, a gente tem que olhar na perspectiva histórica e na perspectiva histórica nós estamos fazendo muita coisa, vamos continuar fazendo, vamos continuar lutando, a história é feita de avanços e retrocessos, já, já a gente inverte esse jogo, já, já a gente volta a construir uma sociedade mais justa, mais fraterna, de respeito à diversidade, de respeito às diferenças. E digo isso para saudar um terceiro nome que vem sendo achincalhado na sociedade de uma forma absolutamente injusta, porque infelizmente ele nunca foi devidamente respeitado no nosso sistema educacional. Eu estou falando do eterno mestre Paulo Freire. Conheci Paulo Freire quando eu era menino, tive oportunidade na época em que ele foi secretário de educação em São Paulo, e com ele eu entendi isso, que a gente tem que olhar na perspectiva histórica. Paulo Freire nos deixa em 1997 com o mesmo olhar que eu conheci nos anos 80. Quem teve a honra de conhecê-lo, sabe, ele conversava e o olhinho brilhava e ele não parava de falar e de discutir suas ideias, por quê? Porque ele entendeu o papel dele na sociedade e na história. E isso eu faço questão de resgatar isso, porque algumas pessoas, talvez por ignorância, têm afirmado que a culpa dos problemas da educação é por conta de Paulo Freire, infelizmente não, eu queria poder criticar o que Paulo Freire fez na educação, mas ele sempre foi banido do nosso sistema educacional, ele sempre teve entradas marginais, porque a política oficial nunca autorizou Paulo Freire a discutir suas ideias no campo da educação. E no momento em que a educação se encontra (não vou nem entrar na questão das políticas educacionais atuais do MEC, porque não é o meu papel, eu não vim aqui fazer uma palestra, eu deveria só apenas estar fazendo uma abertura), eu também resgato aqui Darci Ribeiro, para entendermos que a crise na educação não é crise, é uma política de Estado. Essa crise não é acidental, essa crise é pensada, ela é trabalhada, ela é construída e nós temos o papel de combater esse tipo de educação que vem sendo proposta. Nós temos o dever profissional de retomar a agenda educacional em detrimento de uma agenda moral que vem sendo



construída na nossa sociedade. Nós temos o dever de retomar a discussão da diversidade, que nunca abandonamos, mas que a sociedade vem sendo induzida a fazer uma outra discussão, nós não vamos deixar que esses retrocessos se cristalizem. Eu acho que é nosso dever enquanto profissionais da psicologia, enquanto educadores, discutir essas questões na sociedade. Se não refletirmos sobre os processos históricos, eles tendem a se repetir. Qualquer semelhança com a década de 1930, quando o nazifascismo se instaurou, não é mera coincidência. A história vem se repetindo. Hitler também não chegou ao poder com um golpe, ele chegou através do voto também, o golpe vem depois, mas o partido do Hitler tem quase 40% dos votos naquela eleição. Então não é um projeto de uma pessoa, é um projeto político de sociedade, no nosso caso, de uma extrema direita. Temos o dever de denunciar e resistir a tudo isso. Concluo agradecendo a todos, desejando um excelente dia de trabalho e peço licença aos que discordam de mim, mas eu não tenho feito nenhuma fala pública sem registrar que no dia sete de abril completará um ano da prisão política do maior líder que, na minha concepção, nós tivemos aqui no Brasil, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Respeito aqueles que não concordam comigo, estou fazendo uma defesa aqui da democracia. Assim como o Temer nunca me representou, mas acho que nós temos que refletir com carinho o estado judiciário que nós estamos implementando na nossa sociedade, me preocupa, inclusive, a recente prisão dele. Agora ter o maior líder um ano preso injustamente, na minha concepção, é bastante preocupante se pensamos em um estado democrático de direito. Excelente dia de trabalho a todos, sejam sempre bem-vindos aqui e obrigado pela oportunidade de poder falar para vocês. Em fevereiro de 2020, o nosso curso de Psicologia do Mackenzie completa 30 anos, faremos uma festa comemorativa, espero contar com a presença de todos aqui no começo de 2020. Tenho aqui um minicurriculo da professora Mitsuko Antunes, antes de ler o curriculo, eu estava falando aqui em particular que ela já veio algumas vezes ao Mackenzie conversar conosco, e ela não tem a ideia da importância de seus textos têm na formação dos nossos alunos. Muitos que estão aqui foram os nossos alunos, hoje são colegas de profissão, podem até não associar o nome à pessoa, mas ela é uma das grandes profissionais que discute história da psicologia, que discute educação, sem falar de toda a contribuição que ela deu para implementar o mo-

delo de política de psicologia escolar e educacional, que nós acreditamos, um modelo que vai muito além da nossa profissão. Acredito que Guarulhos tenha sido um dos exemplos que mais caminhou para a transdisciplinaridade. Nós ainda estamos no campo de discutir multiprofissionalidade, lá foi para transprofissionalidade. Eu acho que isso é importante nós registrarmos. A cidade de São Paulo ainda não tem a figura do psicólogo em seu organograma do serviço público, e Guarulhos há décadas já pensava e discutia essa questão. Dito isso eu faço a leitura oficial aqui do seu currículo. A professora Mitsuko Antunes possui bacharelado, licenciatura e formação em psicologia, mestrado em Filosofia da Educação e doutorado em Psicologia Social. É professora titular do departamento de Fundamentos da Educação da PUC São Paulo, atuando desde 92 no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Psicologia da Educação. É professora colaboradora do programa de estudos pós-graduados em psicologia social. Tem experiência na área de educação, com ênfase em psicologia da educação, pesquisando e orientando pesquisas em: história da psicologia da educação, história da psicologia da educação no Brasil, identidade de educadores e educandos com foco em inclusão educacional escolar, vice-líder do GP-CNPQ da PUC São Paulo. História da Psicologia. Integra, desde sua instalação, o Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia, pertence ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, com participação de integrantes dos programas de educação, psicologia da educação e psicologia experimental da PUC São Paulo. Professora, a palavra é sua. Obrigado.

**Mitsuko Antunes:** Bom dia a todas e todos. Eu sei que do ponto de vista gramatical isso não seria correto, mas a linguagem é política, então a todas, e todas primeiro e todos depois. Antes de mais nada eu queria agradecer muito esse convite por vários motivos. De estar aqui de novo com a Roseli, com o pessoal do Mackenzie, alunos queridos. Inclusive, nós temos em nosso programa de pós-graduação, na PUC, muitos alunos que vieram do Mackenzie e eu queria dizer o seguinte: neste momento as falas que eu ouvi dos nossos colegas são extremamente importantes. O fato de esse evento ser um evento do Conselho Regional de Psicologia aqui na Universidade Mackenzie e em uma parceria com a ABRAPEE não me permite entrar especificamente no tema para o qual eu fui convidada, sem dizer uma coisa. A realidade nunca

é um bloco monolítico, a sociedade é dinâmica, ela tem vida e a realidade é sempre contraditória. Se há momentos em que um dos elementos da contradição avança e fica mais forte, por outro lado não podemos esquecer que o outro, o par oposto se fortalece neste momento. Este é o movimento da sociedade, essa é uma categoria fundamental da dialética e o que eu percebo muito claramente é que talvez nós estivéssemos muito tranquilos como se estivéssemos em uma democracia. E a realidade nos impõe assim de uma maneira quase que inesperada uma situação em que a gente vê o quanto a democracia, mesmo a democracia burguesa, o quanto ela é frágil. Nós não podemos deixar de ficar alertas. E nesse sentido algumas instâncias que para mim são fundamentais que sejam muito reforçadas neste momento. Entre elas, estão as instâncias, as entidades representativas da psicologia, mas não só da psicologia, a gente já tem visto o pessoal da história, da educação, a ANPED, mais especificamente, nós somos da psicologia e neste momento nós temos que fortalecer a nossa entidade. Eu fico muito contente de ver que nós estamos aqui. Várias pessoas já devem ter recebido uma mensagem de um conjunto, de um coletivo importante da psicologia brasileira, assinando um manifesto para que a gente se una neste momento, que a gente tenha uma pauta mínima, mas que a gente garanta que os nossos Conselhos, Conselho Federal, Conselhos Regionais, sindicatos, FENAPS e mesmo as nossas entidades, como a ABRAPEE, a ABRAPSO, que elas permaneçam entre aquelas pessoas que lutam, que têm na democracia um valor universal e que consideram que fazer psicologia não é simplesmente fazer uma ciência molecular, pois a psicologia é uma ciência social fundamentalmente e não há nenhuma chance de compreendermos quaisquer que sejam os fenômenos psicológicos, senão os consideramos como sendo constituídos nas relações que os humanos estabelecem uns com os outros. Portanto, o compromisso social é uma questão fundamental. Aquele manifesto pode ser assinado por estudantes também? Pode.

**Interlocutor não identificado:** Eu acho que sim.

**Mitsuko Antunes:** Seria muito legal que o manifesto pudesse ser assinado por estudantes. Poderia até ter uma lista separada, porque os estudantes não poderão votar, mas eu acho que o apoio dos estudantes vai ser fundamental para a gente. Assim, eu estou me dedicando não com tempo, com reuniões, mas em todo lugar que eu vou e em todas as salas de aula eu tenho falado

disso, porque as nossas entidades serão um chão importante para a resistência, principalmente quando a gente vê as pessoas falando da escola sem partido, como se ela fosse alguma coisa positiva, quer dizer, qualquer pessoa que fale essa própria expressão de uma maneira afirmativa, em primeiro lugar, não sabe o que é educação, não sabe o que é humano, porque não existe escola sem partido. Uma escola sem partido é uma escola de partido único, não sem partido. Ou então não precisam de seres humanos para fazer escola, ponham máquinas para fazer, e mesmo as máquinas elas serão partidárias. Então eu acho que essa é uma questão, escola sem partido é um tema fundamental para nós psicólogos escolares trabalharmos. A outra coisa que eu quero dizer é a seguinte... Roseli, como eu fico feliz de estar aqui no Sexto Encontro. A Roseli orientou uma pesquisa de iniciação científica aqui no Mackenzie, do Eduardo Prates, que começa a pesquisa falando dos encontros que ocorreram no começo da década de 1980, primeiro, segundo e terceiro. Eduardo, colega de vocês daqui, depois foi fazer o mestrado e ele aprofundou o estudo sobre esses três primeiros encontros pioneiros da psicologia e educação pelo Conselho Regional de Psicologia. Eu sugiro a vocês que leiam a dissertação de mestrado dele, porque é muito bonita. Ele foi orientando da professora Maria do Carmo Guedes da psicologia social, ele fez em psicologia social, e eu participei com a Roseli da banca dele. E é muito interessante, porque o momento em que o Eduardo estudou esses encontros foi o momento não parecido com o nosso, porque na década de 1980 já havia uma resistência fortalecida e que começava a se tornar hegemônica entre aquelas pessoas que se comprometiam com uma realidade diferente, uma sociedade justa e igualitária. No entanto, os três encontros foram fundamentais para pensar em uma possibilidade diferente de sermos psicólogos escolares. Eu vou abordar isso depois, mas aqueles encontros foram fantásticos. E eu me sinto assim muito feliz de estar neste encontro que é mais daquela série pioneira. Gente, leiam o trabalho do Eduardo, que é muito bonito. Eu insisto com ele, mas ele é teimoso, gente, acho que a Roseli também sofreu com ele, que ele tinha que escrever um livro sobre isso, um pequeno livro. E é um colega de vocês. Bom, o tema é muito grande, desafios históricos. A gente começa pensando, primeiro, vocês vão ver que eu vou passar pela colônia, isso já é um erro. Estas terras não começam com a chegada dos portugueses, no entanto, quando nós olhamos para essa plateia, nós não vemos aqui aqueles que

viviam nessa terra e não vou falar, donos, porque para eles não existia propriedade privada, a terra não era deles, a terra era o meio de sobrevivência, era a base material que dava, que se transformava em cultura. Então, a gente sempre começa falando da colônia, no entanto, sempre lembrando que não é com a colônia que esse país começa. Mas o que a gente vai encontrar na colônia. Primeiro, nosso Manuel Bonfim. Alguém já ouviu falar de Manoel José do Bonfim? Sergipano, médico? Quando abandona a medicina se torna professor, se torna o catedrático de psicologia e pedagogia da escola normal do Rio de Janeiro. Só que o Manoel Bonfim escreveu obras sobre medicina, botânica, zoologia, história, geografia, sociologia, psicologia, pedagogia e, inclusive, livros didáticos de língua portuguesa em coautoria com Olavo Bilac. Foi Manoel Bonfim quem defendeu uma aluna da escola normal do Rio de Janeiro, quando ela seria expulsada, porque pegaram essa aluna com o grupinho de colegas lendo escondido um livro de poesias, o livro de poesias era do Olavo Bilac. E o Manoel Bonfim, coator depois com o Olavo Bilac de livros de língua portuguesa, defende, assim, de forma quase violenta essa aluna. Esta principal que era acusada, depois se tornou conhecida, Cecília Meireles. Manoel Bonfim, para mim, ele é ainda o grande intérprete do que foi o processo de colonização no Brasil, baseada na exploração e na espoliação das riquezas, com a produção dos bens que optou pela mão de obra africana, no tráfico de seres humanos, de pessoas que não eram consideradas humanas, claro que eles sabiam que eles eram humanos, mas isso fazia parte do argumento para poder escravizar essas pessoas. Aliás, eu tenho aprendido com o pessoal do movimento negro, em não falar escravo, porque as pessoas não foram escravas, elas foram escravizadas. E a educação foi fundamentalmente jesuítica, que era a base que existia na metrópole portuguesa, só que os jesuítas vêm para cá com duas tarefas muito claras e distintas: uma era para educar os filhos dos colonos, mas os colonos pertencentes à fidalguia, por quê? Para garantir que eles pudessem ter a formação aqui e depois ir para a Universidade de Coimbra. Esse foi o movimento muito claro. E para os nativos, a catequese. E todas as outras crianças fora da escola. Aliás, nós chegamos no começo do século XX com cerca de 80% de analfabetos neste país, no entanto, sempre precisamos considerar que esta era a função dos jesuítas que ficaram no Brasil até 1749, quando eles são expulsos de Portugal com as Reformas Pombalinas, com o Iluminismo. No entanto, muitos desses jesuítas, aqui vivendo, se tornaram

defensores dos direitos, não só dos nativos, mas também dos afrodescendentes, entre eles, não posso deixar de falar em uma personagem que vocês devem ter estudado na literatura e nem ter gostado tanto por causa do português, que foi Padre Antônio Vieira. Padre Antônio Vieira, um jesuíta português, que vai defender os judeus que são exterminados, primeiro na Espanha e depois Espanha exige que Portugal também faça isso. E, no Brasil, especificamente ele vai fazer uma belíssima defesa de que os afrodescendentes são humanos sim e que um humano não poderia escravizar outros humanos. Padre Vieira, em função da defesa de judeus que estavam sendo exterminados em Portugal, cabe apontar que a relação, o extermínio dos judeus e a expulsão dos judeus estava ligada ao interesse de se apossar dos bens que eles tinham, entre outras coisas. O Padre Antônio Vieira então vai defender a humanidade dos afrodescendentes. Então, assim, é alguém que precisamos ler com muito carinho e é interessante que em um dos textos do Padre Vieira, belíssimos, ele vai dizer o seguinte: que a confissão não é só um momento em que as pessoas vão pedir a remissão dos pecados, mas que a confissão, muitas vezes, pode ser um meio para a cura, agora usando a expressão da época, para os males da alma, porque tendo alguém que escute os meus problemas, esse falar e ser escutado por alguém que acolhe o meu sofrimento é o remédio para alma. E nesse momento, ele estava quase que antecipando a definição da psicoterapia. Eu falo da colônia, sempre para lembrar disso, nós não podemos fazer uma história parcial, vejam, a imparcialidade não é neutralidade e não é sem partido, a parcialidade é a leitura que me permite perceber as diferentes posições que existem em um dado momento. Então, assim, uma preocupação que eu sempre tenho é de, ao fazer a leitura da história, procurar saber quais são as forças que se opõem. E a gente encontra isso na colônia, por isso eu lembro sempre do Padre Antônio Vieira, que por causa disso acaba sendo chamado, julgado e condenado pela inquisição. E no fim desse período, a gente entrou no século XIX. A Europa, nesse momento, em uma situação complicadíssima com o avanço das forças napoleônicas e, em 1808, chegou a família real portuguesa no Brasil, pois Portugal seria invadido, na verdade, pelas forças napoleônicas, mas na verdade o que se tem é que a Inglaterra exige que a corte portuguesa venha para o Brasil, porque com o bloqueio continental de Napoleão era necessário que houvesse portos que pudessem escoar o produto da Revolução Industrial inglesa. Então, não é

porque Napoleão invadiria Portugal, mas é porque a Inglaterra precisava dos portos brasileiros. E quando Dom João Sexto aqui chegou, ele veio primeiro à Bahia, já é o fim do ano, e ele criou lá a Cátedra de Cirurgia da Bahia. Chegando ao Rio de Janeiro, que seria a corte, ele criou a Cátedra de Medicina e Cirurgia, percebe a diferença? Rio de Janeiro seria a corte de medicina e cirurgia, que em 1832 se tornou faculdade de medicina. É muito interessante, lembro sempre disso, que há um material imenso para a gente estudar as relações entre os saberes psicológicos e a educação nessas teses de medicina, muitas das quais tiveram como título a higiene escolar. E é muito interessante o que essas teses dizem, por exemplo, eles estavam preocupados com a prevenção, que é toda a base de uma medicina higienista que vai dar em um pensamento para além da medicina, que é o pensamento higienista brasileiro e que vai se constituir no século XIX, e está absolutamente presente no século XXI. Eu vou dar um exemplo de uma ideia higienista do século XXI. Outro dia eu ouvi: "Não dá mais para ir para o Guarujá. Agora pobre tem carro, chega no domingo, desce para o Guarujá. Guarujá é só para quem tem casa em condomínio privado", este é um pensamento tipicamente higienista. "Gente, as companhias aéreas vão ter que ter classe executiva nos voos domésticos, porque não dá mais para sentar do lado dessa gente, daqui a pouco eu sento do lado de alguém e vai ter uma galinha no colo". Então este é o pensamento higienista, esse pensamento que de certa forma faz parte de um conjunto de ideias que formam um ideário fascista que nos traz à atual situação. Então o pensamento higienista foi muito desenvolvido no século XIX no interior da medicina e teve o impacto muito grande sobre o que se chamava na época de alienismo, e esse alienismo, que mais tarde vai ser chamado de psiquiatria, ele tem um impacto muito grande na visão que se tinha de escola. Só que a gente tem que lembrar o seguinte: que escola? Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, alguns largaram a Companhia de Jesus e permaneceram aqui como preceptores nas fazendas das famílias ricas que continuaram dando aulas para os filhos dos ricos fazendeiros, dos latifundiários. Mas o que a gente vai ter é o fim de um programa de ensino. Por mais criticados que possam ser os jesuítas tinham um programa de ensino e nós vamos ter aulas avulsas com exceção do Colégio Pedro II. Em segundo lugar, os programas dos jesuítas tinham um currículo estabelecido, um sistema de avaliação, mas o Colégio Pedro II era um colégio especificamente para meninos e era um

colégio para os filhos da nata, para o topo da classe dominante do século XIX. É muito recente a entrada de meninas, a permissão para a entrada de meninas no Pedro II. Isso o diferenciava do restante. O aluno, o menino que fazia o Pedro II podia ingressar imediatamente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da Bahia, nos cursos de direito que tinham muito mais valor inclusive que os de medicina, que seriam em Olinda, Recife e São Paulo. E a grande maioria, na verdade, ia para Coimbra. Então, assim, é uma educação elitista, é propedêutica, ela é voltada para o ingresso no ensino superior, masculina, privada e confessional. Meninas só terão escola, de fato, depois da virada do século. Até então, as mulheres estavam alijadas. Aquelas famílias mais arejadas tinham seus preceptores, na verdade, tinham as suas... vocês não conhecem esse termo, suas amas, que eram governantas alemãs solteiras que ensinavam francês para as meninas, mas com uma censura muito grande aos livros que elas liam, porque os livros, vocês sabem, são muito perigosos, os livros são muito perigosos mesmo. E esta é uma arma que eu quero ter nas duas mãos, queria até ter mais mãos para tê-las. E a gente vai ver então que para essas aulas avulsas são contratados professores, provisionados para dar essas aulas avulsas nas suas próprias casas ou vão ensinar nas casas das famílias. Mas, gente, quem tem acesso a isso? São os filhos homens das famílias abastadas, mulheres não tinham acesso à educação e as camadas médias e principalmente os trabalhadores não tinham acesso à educação. E quando se pensava na escola, mesmo para esses meninos da elite, voltando à questão das teses, se pensava em uma escola higiênica, é aquela que tinha que ter uma carteira que tivesse um ângulo de 90 graus para prevenir a escoliose, muitas de nós estudamos nesses tipos de carteiras. Eu sou do tempo do primário, eu fiz o meu primário, ginásio, até o colegial, era umas carteiras que a gente vê na rua Cardeal Arco Verde, naquelas lojas de móveis antigos. Eram carteiras que tinham uma tampa que se levantava e quando nós chegávamos, a gente botava os cadernos ali dentro, fechávamos a tampa. E era uma carteira que não permitia que a gente cruzasse as pernas, lembra disso? As pernas tinham que ficar paralelas. E não tinha lugar para pôr as mãos, as mãos sempre ficavam sobre a carteira, isso fazia parte da higiene escolar, sabe para quê? Para evitar o onanismo, que é muito deletério para a saúde física e moral das crianças, porque o onanismo pode provocar a tísica, várias outras doenças e até a morte. Vocês sabem o que é o onanismo? É a masturbação. En-

tão esse era um tópico do pensamento higiênico que nasce no século XIX e vai perpassar o século XX, hoje não se fala em ter aquelas carteiras para prevenir o onanismo, mas há resistência em falar de sexualidade, a expressão do afeto tem sido criminalizada, como tem sido criminalizada a ação pedagógica de um professor. Não pense que uma coisa é diferente da outra, elas fazem parte de uma mesma e única política que já está arraigada neste país, há muito tempo. Por outro lado, nós vamos ter também no século XIX vozes que vão se opor a isso, e é muito interessante que uma das vozes é o... agora eu esqueci o nome dele, ele é muito estudado pela Nádia Rocha, nossa colega de história da psicologia que estuda o século XIX. Enfim, ele tem uma belíssima obra condenando o uso da palmatória e de qualquer forma de punição nas escolas, dizendo que a aprendizagem não ocorre com a punição. Então, ao longo do tempo se nós – temos um pensamento hegemônico, nós temos também elementos de superação. Mas é a partir do fim do século XIX que a gente vai ver um movimento profundo na relação entre psicologia e educação, nesse momento já não se fala em saberes psicológicos, mas a psicologia já é no mundo inteiro reconhecida como uma ciência autônoma, e daí estamos falando de história da psicologia mesmo. E no Brasil não foi diferente. Nós temos, já nos primeiros anos do século XX, a penetração aqui de muitas das ideias e de obras que já estavam sendo produzidas na Europa naquele começo de século e também nos Estados Unidos logo depois. Por exemplo, já se criava na Suíça o Instituto Jean-Jacques Rousseau, que acolheu toda a pesquisa de Piaget. Tudo isso para dizer para vocês o seguinte: na virada do século, o Brasil almejava ser uma nação moderna, uma nação... usando as expressões da época, uma nação à altura do século, e claro que aí tinha um grande segmento das camadas médias se opondo ao poder dos latifundiários do café, porque era a economia cafeeira que dominava o Brasil e os interesses dos cafeeiros subjulgavam todos os outros interesses aos deles e isso leva a um movimento de intelectuais. As primeiras décadas do século XX são interessantíssimas, há uma profusão de ideias muito grande. E o que a gente percebe aí é a defesa de que é preciso expandir a educação, mais precisamente em escolas. E nós vamos ter um grande grupo e um grupo menor. O grande grupo é aquele que vai dizer: "Olha, este país é um país com 80% de analfabetos, nós não podemos, esse país não avançará, não estará à altura do século, não será um país moderno", claro que já havia um projeto societário de um Brasil

industrializado, porque nós eramos até então um país eminentemente agrário, a maior parte da população estava no interior e começa um processo grande de urbanização, mas a industrialização precisa de uma força de trabalho que não se passa diretamente da força de trabalho na terra para a força de trabalho na fábrica, a fábrica exige algumas coisas que as pessoas gostam de chamar de competências e habilidades, eu não faço parte do grupo que assume esse tipo de teoria. Mas seriam competências e habilidades, ou seja, ler, escrever e contar, condições necessárias para poder formar a força de trabalho para o processo de industrialização. Esse é um grupo que o Jorge Nagle vai chamar daqueles que aderem ao entusiasmo pela educação, para fazer deste país um país moderno será preciso pessoas que saibam ler, escrever e contar, e isso vai estar ligado à ideia de chamar uma pedagogia também moderna, que vai ser a pedagogia nova, o escolanovismo. E isso terá muito a ver com a base que deu a psicologia para nós, hoje, é nesse momento que a psicologia, considerada então uma psicologia, ciência autônoma, ela entra no Brasil chamada pelo escolanovismo, porque o escolanovismo vai dizer: interessa menos o conteúdo e mais o processo de ensino e aprendizagem, menos a sequência lógica dos conteúdos e mais o estágio de desenvolvimento de cada criança, menos a disciplina e muito mais a relação professor e aluno. Quando nós pegamos tudo isso que a escola nova considera como sendo aquilo que se contrapõe à escola tradicional, e mais, a escola nova sequer é vista como uma pedagogia científica, é necessário buscar nas ciências a base para essa pedagogia, quando eu falo, ensino, aprendizagem, desenvolvimento, respeito à personalidade da criança, relação professor e aluno, qual é a ciência que pode dar base para ela? É a psicologia. Esse é o momento em que a psicologia ela ganha autonomia no Brasil, é por dentro da educação, e nos anos seguintes que essa psicologia vai se consolidar. Eu gosto de falar de um trecho do Lourenço Filho em um livro que é pedagógico, Introdução ao Estudo da Escola Nova no Brasil, em que, em um determinado momento do livro ele diz: "Há uma psicologia que deve ser do domínio de todos os professores, mas há elementos desta ciência que deverão ser específicos de um novo profissional, o psicologista". Então, em 1930, ele já anunciava aquilo, e todo esse momento de consolidação, que vai chegar em 1962, não por acaso, o projeto de lei de 1958, que não foi aprovado, e depois o de 1962, aprovado, a lei 419, como é um projeto de lei, foi apresentada por um deputado. Mas quem escreveu esse proje-

to de lei foi nada mais, nada menos do que o Lourenço Filho que, em 1930, falou da existência de um profissional psicologista e que depois vai passar para psicólogo, psychologist do inglês, e psychologue do francês. E até por conta da não aprovação, em função da pressão dos médicos, algumas palavras, algumas disciplinas do currículo obrigatório tiveram os seus nomes mudados como um pacto para a profissão ser aprovada. E até então esse momento a psicologia estava muito presente na orientação educacional. A clínica, no Brasil, ela nasceu de uma demanda que vem da educação. No Rio de Janeiro, nós temos o Arthur Ramos no serviço de orientação infantil, que inaugura a clínica no Rio, e que pertencia à diretoria de ensino do Rio de Janeiro. Em São Paulo, nós temos na década de 1940, Durval Marcondes, com o serviço de orientação infantil. Ambos, Durval Marcondes e Arthur Ramos, médicos, mas também na diretoria de ensino, ou seja, foram demandas da escola que chamam esse serviço de orientação infantil. E uma outra experiência que também inaugura, e todas elas no mesmo ano, 1946, que foi Madre Cristina, que cria a clínica que tem muito a ver com a formação de todos nós, que é caracterizada como uma salinha que tinham algumas cadeiras para atender as crianças que as escolas mandavam, porque tinham alguns problemas e elas não aprendiam. Então é um momento muito importante, para mim, é uma interpretação que a gente não pode abrir mão dela, porque a psicologia, inclusive nos campos tradicionais, como a clínica e o trabalho, ela se desenvolve a partir da psicologia que nasce na educação. Regulamentada a profissão em 1962, nós chegamos logo depois, em 1964, primeiro de abril de 1964. E essa psicologia que, em grande parte, vinha responder às demandas da população e tinha um caráter praticamente público, ela é desmontada com as políticas públicas em geral a partir de 1964, é muito interessante porque o que se fazia de psicologia neste país estava direta ou indiretamente ligado a uma demanda pública, o psicólogo trabalhava para o serviço público. A partir de 1964, o público simplesmente abre mão, abre mão não, elimina tudo isso e os primeiros psicólogos formados nos anos de 1960 e 1970 vão ter muitos problemas com o trabalho, por quê? Porque aqueles que demandavam o nosso trabalho já não demandam mais, então nós ficávamos à mercê do trabalho privado, que era muito restrito. Clínica para poucos, psicologia escolar nas escolas particulares, tínhamos 30 psicólogos no DAE (Departamento de Assistência ao Escolar) da Secretaria Estadual de Educação, cuja única função era fazer

psicodiagnóstico, baseado em testes para dar o laudo para que essas crianças fossem transferidas para as escolas e classes especiais. E a psicologia voltada ao trabalho deveria, inclusive, ser renomeada, porque não era uma psicologia do trabalho, mas era uma psicologia do capital, nós fazíamos recrutamento, nós, não porque eu não fazia, nós tínhamos o nosso currículo de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal. E foi justamente porque isso aconteceu, quantos colegas nossos que se formaram na mesma turma não ficaram na psicologia, pois o desemprego era altíssimo. E o que vai acontecer, isso não se dá sem, de novo, volto à contradição, à resistência. Isso ao longo da Ditadura, no início, a resistência era menor, mas ao longo do tempo essa resistência foi se fortalecendo, e muito interessante porque talvez a principal resistência vai se dar de dois setores que não estão separados, que é a educação, os psicólogos escolares e o ensino, os professores de psicologia, ainda a pesquisa era muito insipiente que, por sua vez, nessa ligação, começam a pensar em ganhar, eu não vou falar tomar, em ganhar as nossas entidades e a primeira vai ser, de todas, a primeira foi o Conselho Regional de Psicologia Sexta Região que pegava São Paulo e Mato Grosso, que ainda não tinha a divisão Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. E isso foi em 1980. Em 1981, nós ganhamos o Sindicato de Psicólogos de São Paulo, e a partir dessas duas entidades outros CRPs e depois o Conselho Federal de Psicologia, com a nossa querida e saudosa, grande psicóloga escolar, que foi Ivone Cury. Essa foi uma das pioneiras de uma psicologia escolar não clínica na prefeitura de São Paulo, de uma psicologia escolar comprometida, horizontalizada, ainda não trans, mas interdisciplinar, nós psicólogos para sermos psicólogos escolares, temos que trabalhar com os pedagogos, mas quem vai ser psicólogo escolar tem que conhecer a educação, nós temos que estudar educação, como os pedagogos estudam a psicologia. E esse foi o trabalho da Ivone, não foi o único, mas o trabalho da Ivone Cury, que foi nossa presidente do federal. Foram momentos fundamentais e essas nossas entidades, depois da criação da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), mais tarde da ABRAPPEE, foram importantíssimas, porque elas tinham um vínculo muito grande com as universidades, essas entidades tiveram nas suas direções os nossos professores. E isso leva a uma mudança no ensino da psicologia, inclusive na defesa de uma psicologia escolar. Mas de uma psicologia escolar que eu gosto... Eu gosto de defender o seguinte: claro que

eu tenho uma abordagem teórica pela qual eu opto, mas, primeiro, a afirmação de que a psicologia tem efetivamente uma contribuição para a educação, porque nós passamos os anos 60, 70, 80 pedindo desculpas por sermos psicólogos. Os pedagogos não queriam a psicologia dentro da escola, porque eles não queriam clínico dentro da escola e a crítica deles tem toda razão. Mas nós temos sim uma contribuição para dar, em primeiro lugar, é assumir a horizontalidade, não a multiprofissionalidade, mas a inter e a transdisciplinaridade. A adoção de teorias críticas. A minha não é a única que é crítica, eu tenho colegas de outras abordagens teóricas como, por exemplo, da fenomenologia, colegas que fazem um trabalho fantástico. É a união indissolúvel entre teoria e prática nesse trabalho coletivo interdisciplinar horizontal, mas eu ainda penso mais, seria um pleonasma dizer teoria crítica, teria que ser teoria forte, teoria forte significa uma teoria que tem explicitadas suas fundamentações epistemológicas e metodológicas, que seja coerente com os procedimentos de pesquisa e que sejam críticas, porque a gente tem se deparado inclusive com teorias que estão se tornando hegemônicas, por exemplo, hoje no MEC, tem uma teoria da alfabetização que é baseada em um ecletismo extremamente perigoso, porque cita vários autores por quem temos respeito, diferentes áreas do conhecimento por quem temos respeito. No entanto, ao assumir um ecletismo que soma alhos com bugalhos, nós corremos o risco de tomar como fundamento teórico algo que é raso, superficial e que ao chegar no ser humano real e concreto pode ter alguns resultados experimentais, mas essa psicologia não toca naquilo que é fundamental e que eu só consigo quando tenho uma teoria que, de fato, seja muito bem fundamentada, tenha coerência interna e que a análise entre teoria e prática seja uma prática constante. Eu acredito que nós temos muito, a psicologia tem muito a dar para a educação e mais, nós não precisamos buscar muito, muitas experiências exitosas. Quero só para terminar dizer o seguinte: vocês têm um professor aqui no Mackenzie, queridíssimo, que é o Robson, peçam para o Robson contar para vocês qual era o lugar da arte e educação, especificamente do teatro no projeto político pedagógico da Secretaria de Educação de Guarulhos entre 2002 e 2008, não era só teatro, era um projeto todo amarrado, todo articulado, cujo objetivo era: nós temos que fazer uma educação humanizadora, igualitária, uma educação justa, e a partir daí o projeto político pedagógico foi construído. E uma educação humanizadora não pode ser por competência e habilida-

des, ela tem que entender o humano como um ser integral, isso é fundamental. E a arte faz parte da cultura que os humanos construíram ao longo da história e ela é o direito de todos. Só para dar um exemplo eu falo da arte. Muito obrigada.

**Marcos Vinicius de Araújo:** Imagina. Obrigada, professora. Pessoal, nós temos uma limitação de horário, mas eu acho que uma explanação dessa merece pelo menos umas duas ou três questões. Quebrando todos os protocolos, vamos fazer um bloco de duas ou três questões ou colocações e aí a professora comenta. Aí fazemos a questões e ela faz um fechamento rápido aí para a gente.

**Participante:** Bom dia. Obrigado, professora, pelo conhecimento que você nos cede nessa manhã. Muito importante, eu acho que toda essa explanação histórica, a consistência e o vigor que nos traz, que nos nutre com todas essas informações. Eu gostaria de saber como nós conseguimos, além de tratar isso com os psicólogos e de uma maneira assim não só situacional com relação às questões trágicas que têm acontecido na educação, mas também a questão da aprendizagem ou da própria clínica que se funda na educação. Mas como ter o acesso à comunicação dessa psicologia para a sociedade? Não só em uma questão de saúde mental frente a questões trágicas, caóticas ou de bullying, aprendizado emergencial, "Chama o psicólogo", mas como nós podemos também, além de trazer os psicólogos para esses debates e essas trocas tão relevantes, mas também chegar à sociedade com menos psicólogos e com uma consistência de ter uma grande relevância de algo que nós temos na escuta clínica e fazer com essa nossa atuação tenha realmente esse reconhecimento no sentido de ser conhecida efetivamente? Obrigada.

**Participante:** Desculpa, eu estava com vergonha. Para mim não ficou muito claro interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, se puder falar um pouquinho acho que ajuda. Obrigada.

**Participante:** Professora, bom dia. Eu gostaria que a senhora explicasse um pouco melhor a relação da psicologia com a escola nova, porque a senhora comentou que a psicologia se fortalece no Brasil a partir da escola nova, mas pelo menos do meu ponto de vista, a escola nova, ao passar do aspecto do conhecimento para o estudante, do aspecto lógico para o psicológico, ela tira um pouco da importância do conhecimento e aí enquanto psicóloga eu acho que esse conhecimento é fundamental dentro da escola. Então eu gostaria que a senhora comentasse quando houve e se houve,

de fato, a desvinculação entre a psicologia e a escola nova, porque hoje me parece que as perspectivas mais críticas em psicologia são críticas também às pedagogias escolanovistas. Obrigado.

**Mitsuko Antunes:** Começando pela inter e trans. Claro que não há diferentes definições as que eu assumo, a multiprofissionalidade é a existência de vários profissionais para darem conta de alguma coisa e eu dou sempre o exemplo de uma cirurgia, tem o instrumentador, tem o enfermeiro e tem o médico, precisa das várias profissões, mas um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar, isso, na verdade, foi a tônica e em muitos lugares continua sendo a tônica nos trabalhos na educação, por exemplo assim, eu sou a diretora, eu sou a coordenadora, você é professor, você é aluno, pai não entra aqui dentro. Então a interdisciplinaridade é quando esses diferentes, e daí assim, multiprofissionalidade, que são diferentes profissões, e aí inter e transdisciplinaridade, portanto, a gente já está falando não na atuação profissional e na delimitação profissional, mas do ponto de vista da área de conhecimento. E a interdisciplinaridade, que na verdade ela teria, a transdisciplinaridade seria um contínuo e não algo que se opõe à inter. A inter é quando se dá conta de que para poder entender uma determinada delimitação da realidade eu não posso me limitar àquela, ou seja, eu não posso ser psicólogo sem reconhecer as dimensões sociais, culturais, históricas, políticas, econômicas, biológicas para poder entender. E isso é uma interdisciplinaridade que eu acho que de certa maneira os nossos currículos dão conta disso, apesar de o aluno reclamar muito no primeiro ano “Mas para que é que eu tenho que ter filosofia? Para que eu tenho que ter sociologia, antropologia?”, porém daqui a pouco você vai dizer: “Gente como a antropologia foi importante para mim”. Agora transdisciplinaridade é quando há um trânsito no interior de outras disciplinas, como eu vejo isso? Eu estudo história, eu sou psicóloga, mas para dar conta da história da psicologia no Brasil eu entro dentro da história, do ponto de vista profissional eu sou psicóloga, não sou historiadora, mas para dar conta dessa minha psicologia eu vou ter que estudar não apenas como uma base, mas eu tenho que estudar o que se produz em história do Brasil, então eu transito, eu entro, eu invado a outra área. Então essa é a questão. E, assim, uma coisa engraçada, eu adoro física. Só para dar o exemplo que isso não é transdisciplinaridade. Eu não faço nada em física, claro que eu trago muitas das discussões da física para pensar questões metodológicas das ciências

humanas para criticar a física, é claro, mas isso não está dentro do meu campo de transdisciplinaridade. A história está, a sociologia está, a antropologia está, a política, econômica, é nesse sentido.

Olha, a minha dissertação de mestrado é uma crítica à escola nova. Eu fui orientanda do Demerval Saviani no mestrado, então veja você que eu não faço parte daqueles que defendem escola nova, mas a escola nova foi uma das principais condições para que a psicologia então dita científica penetrasse no Brasil e ela entrou pela mão dos escolanovistas, não sem contradição. O Manoel Bonfim vai trazer uma outra psicologia, tanto que o Manoel Bonfim viveu pouco tempo desse avanço do escolanovismo, mas ele tem um artigo muito pequenininho que ele escreveu no jornal que é uma crítica à escola nova. Eu fico com o Demerval Saviani e para mim, assim, agora é uma questão pessoal, como pedagogia, a minha opção é a pedagogia histórico-crítica dos conteúdos, a minha concepção de educação é que a educação é para todos e sua função é fundamentalmente humanizadora, que é a de socialização dos saberes das práticas que foram construídas pela humanidade e que elas sejam acessíveis a todas as pessoas, e não é só o conhecimento científico, mas são as artes, a filosofia. E, inclusive, não podemos, em uma perspectiva transdisciplinar, deixar de reconhecer também uma das dimensões que fazem parte do humano, que é da transcendência, a espiritualidade, tanto assim, nenhuma pesquisa minha deixa de perguntar sobre religião, eu não quero saber especificamente, mas considerar que essa dimensão faz parte do humano, eu não entendo o outro se eu não entender isso. Então, do ponto de vista da educação, a pedagogia histórico-crítica dos conteúdos da psicologia, a psicologia histórico-cultural ou sócio histórica e, como fundamento disso, o materialismo histórico-dialético. Então essa é a perspectiva, uma crítica à escola nova, por outro lado, não podemos deixar de ser dialéticos na crítica à escola nova sem deixar de reconhecer muitos avanços que ela nos trouxe, então eu preciso negar a escola nova como uma proposta burguesa de uma burguesia já reacionária, porque as pessoas dizem, a escola nova diz que a pedagogia tradicional é medieval, ela não é medieval, ela é moderna. A pedagogia tradicional foi a pedagogia que foi defendida pela Revolução Francesa e é quando a burguesia não é a classe dominante, mas é a classe que luta contra o bloco hegemônico anterior. A escola tradicional é uma proposta da burguesia revolucionária, que ela própria depois



vai fazer a crítica à pedagogia que ela propôs com a escola nova, mas aí já não é mais a burguesia revolucionária, mas é a burguesia conservadora e reacionária que quer manter as coisas do jeito que estavam. Então é isso, e como fundamento materialismo histórico e dialético. Claro que existem outras perspectivas, tem muitas coisas da escola nova que eu adoro. Eu comprei os blocos lógicos para a minha neta e eu compraria o material dourado que foi bolado por Sagan e que foi largamente utilizado pela Montessori. Não nego, não podemos negar isso sob o risco de rompermos com a fundamentação que a gente assume. Mas a escola nova foi uma escola que foi proposta para poucos, não foi uma escola igualitária pensando que todos os humanos são iguais. Agora tem a dele, a sua. Você sabe que teve uma época em que o Conselho fez uma campanha que era psicologia... a gente tinha os adesivos no carro.

Não, mas não deu muito certo e eu tenho cá comigo uma questão que se desdobra em duas, a primeira: o reconhecimento do psicólogo, da profissão de psicólogo pela população ele se dá com a prática do psicólogo. Cada psicólogo em contato com qualquer demanda da população é ele quem vai fazer da psicologia uma profissão reconhecida e demandada. E eu me lembro quando eu me formei que o vizinho da minha mãe falou: "E agora, como eu tenho que te chamar?", eu falei: "Como assim?", "Eu tenho que te chamar de doutora?", eu falei: "Que doutora o quê", "Não, mas é que agora você é esse negócio de médica de cabeça". Eu me formei em 1978, esta era uma imagem, a psicologia era desconhecida, passam-se os anos e já estou em 2000, para mim é um marco, como exemplo temos a Mostra de Psicologia e Compromisso Social com 10 mil trabalhos. Nesse mesmo ano minha mãe estava em tratamento, enfim, a gente estava no Incor, e o médico levou a minha mãe para fazer não sei o quê, algum procedimento, e eu fico em um daqueles cubículos lá do Incor típicos e nada da minha mãe voltar. Daí o desespero já... já tinha passado por uma outra situação que ela foi fazer um cateterismo e não voltava, tinha tido uma parada cardíaca, comecei a entrar em desespero e daí comecei a andar pelos corredores procurando onde ela podia estar, e quase esbarro em um senhor que também estava com cara de desesperado. Eu gosto de contar essa história porque ela mudou a minha vida, mudou muito da interpretação que eu tinha. E daí ele falou: "É, a senhora também está com essa cara", eu falei: "Mas o que aconteceu?", ele: "Teve problema lá, moro..." e era muito longe, "...

E daí não tinha ônibus para vir, quando eu cheguei aqui perdi a consulta e daí o outro médico falou que ia ver os meus exames e eu vou ter que fazer uma cirurgia do coração de novo", "Calma, o senhor já conversou com o médico que tipo de cirurgia vai ser?", "Eu já fiz uma cirurgia faz 17 anos", eu falei para ele: "Olha, em 17 anos muita coisa mudou", e eu conversando com ele, conversando e em nenhum momento eu me lembrei que eu era psicóloga. E daí assim a minha mãe apareceu e nós nos despedimos e ele botou a mão assim e falou: "Deus lhe pague. Olha, eu estou mais calmo, foi tão bom conversar com a senhora" ou com você, não sei, "... Que parecia até que eu estava conversando com as psicólogas daqui do Incor". Eu fiquei com muita raiva de mim, eu falei: "Eu não sou psicóloga quando eu estou com a minha mãe no hospital", eu não fiz como psicóloga, e aquilo assim no primeiro momento, mas daí eu não consegui esquecer, até a hora que eu tive um insight, eu falei: "Gente, quando eu me formei, o Senhor João achava que eu era agora médica de cabeça e esse homenzinho tão parecido com o Senhor João, ele fala que eu pareço com uma psicóloga daqui do hospital, este homem tem acesso ao trabalho de um psicólogo, de uma psicóloga, mais do que isso, quando ele me agradece e me diz: "Deus lhe pague e você parece com a psicóloga, é como se eu tivesse conversado com a psicóloga daqui do Incor", eu falo: "Gente, esta psicóloga faz um trabalho que alivia o sofrimento psíquico dele, ela faz um trabalho que ele reconhece e agradece e diz para ela 'Deus lhe pague' também". Foi aí que eu criei aquele sexto período da psicologia, que não é mais o profissional, mas é o da ampliação dos campos de atuação do psicólogo e o compromisso social, porque daí eu comecei a pensar, eu falei: "Gente, espera aí, a psicologia do Judiciário que começou lá no finalzinho da década de 1970, mas hoje é um cargo público e concursado. A psicologia comunitária que se expande, por exemplo, para quem está trabalhando nas escolas, nos acampamentos do MST". E daí eu fui me dando conta de uma psicologia do trabalho que se compromete com o trabalhador, por exemplo, o trabalho da Margarida que eu acho que tem muito a ver com a Margarida, isso. E essa mostra, porque foi na mesma época, a mostra de psicologia e compromisso social com 10 mil trabalhos inscritos, e daí foi quando eu comecei a ver que nós estávamos já em um outro período da história da psicologia. E voltando à tua pergunta. Para mim, o reconhecimento, o conhecimento da profissão de psicólogo se dá, eu preferia que não, mas infelizmente eu tenho que dizer, logo quando

acontece o crime ambiental, eu não chamo de tragédia ambiental, o crime ambiental de Brumadinho e o assassinato e suicídio na escola de Suzano por armas e a mídia não se preocupa em falar muito sobre como essas armas chegaram às mãos desses meninos e o quanto eles estão ligados a sites, a grupos, inclusive com pedofilia, a crime organizado, crime à milícia, quer dizer, o buraco é fundo, mas a gente não é bobinho para não saber o que está por trás. Logo no início de Brumadinho, a imprensa diz que psicólogos de Belo Horizonte estão indo para Brumadinho para atender essas famílias. A Secretária Estadual de Educação de São Paulo, uma das primeiras notícias é: "Já estão sendo encaminhados psicólogos para atender as famílias e o coletivo da escola", preferia que a gente não precisasse fazer isso, mas hoje em qualquer situação de tragédia, seja ela qual for, é texto da mídia dizer: "Olha, tem psicólogo lá", isso me mostra que não há campo da vida social hoje que a psicologia não esteja presente e que ela não tenha algo a dar, e isso para mim é muito, eu acho que é isso que mostra o trabalho que a gente realiza faz com que a população, as pessoas possam conhecer o nosso trabalho. Não é a propaganda, não é... mas é isso, é o contato do psicólogo para vir responder às demandas que as pessoas trazem. Nós somos hoje, eu acho que essa posição do compromisso social é uma posição hegemônica na psicologia, mas não sejamos ingênuos, não existe bloco monolítico, ao mesmo tempo que nós temos essa psicologia socialmente comprometida a gente ainda tem focos e que estão crescendo, que querem uma psicologia conservadora, antidemocrática e contra qualquer ideia de justiça social. E esses grupos estão crescendo, se fortalecendo e, inclusive, são grupos que querem chegar ao Conselho Federal de Psicologia, aos Conselhos Regionais, às universidades, e são grupos, para mim, muito perigosos, envolvidos em uma fachada de religiosidade, mas na verdade são grupos econômicos que têm interesses muito bem definidos. Acabar com a deliberação 101 de 1999 do Conselho Federal de Psicologia, que impede o psicólogo de tratar qualquer problema como doença, quando não é doença, então assim, isso daí não tem nada de cura gay, temos que ler a deliberação, isso está diretamente ligado a interesses de grupos de clínicas de tratamento que começa com a questão de drogas, está no alcoolismo, e a chamada cura gay. Eles estão desenvolvendo técnicas para pessoas trans e homossexuais e isso rende muito dinheiro. Há pessoas ligadas a determinado grupo religioso que comprou uma imensa rede dessas clínicas para dependentes de drogas

e que a expansão delas é extremamente interessante do ponto de vista econômico, até porque elas são privadas, mas funcionam com parcerias com o Estado, ou seja, é o dinheiro público que financia essas clínicas particulares, privadas e que são altamente lucrativas. Então são coisas que a gente precisa tomar muito cuidado. Não sei se te respondo. Obrigada pelas perguntas.

**Marcos Vinicius de Araújo:** Pessoal, agradecendo a professora Mitsuko. A gente não vai terminar a discussão, ela vai continuar em outras instâncias, o pessoal do Conselho está aí para orientar. A gente encerra esse momento e partimos para as demais atividades aqui propostas, está bom? Obrigada e até mais tarde.

**Roseli Fernandes Lins Caldas:** Bom, quero começar dizendo da minha alegria deste evento, de ter todos vocês aqui, desse auditório cheio, de verdade, a psicologia e educação, aqueles que me conhecem sabem que é a minha paixão. E sábado de manhã, dia de sol é tão bom ver tanta gente, tantos psicólogos, estudantes interessados nesse tema. E a minha alegria é porque eu aqui, de alguma forma, represento o Mackenzie e a ABRAPEE e sou do núcleo de educação e medicalização do CRP, então estarmos juntos tem um efeito muito grande para mim, considerando a relação que eu tenho com esses três espaços de discussão. Muito obrigada pela presença de todos. Quero incentivar a todos a voltarem depois do almoço porque nós vamos ter grupos de debate, espaços onde você poderá falar também, expor a sua opinião, dizer da sua experiência nesses quatro espaços que nós vamos ter. Vocês já se inscreveram, assinaram a lista? Então, incentivo a todos, às 13h30 a gente vai voltar e depois do espaço de debates, uma palestra de encerramento importantíssima, internacional com o professor Guillermo Arias, da Universidade de Havana, e vocês vão adorar ouvi-lo, então não percam, está bom? Então agora eu vou pedir que todos se acomodem e a gente vai iniciar. Essa mesa vai contar com três participantes e a ideia principal foi de que nós levantássemos a temática das políticas públicas, que espaços essas políticas podem afetar, alterar a atuação do psicólogo e nas demandas diferentes. Então, nós teremos três falas nessa direção. Então eu vou começar na ordem que a gente decidiu, Marilene, lone e Rose. Então eu vou começar, vou apresentar antes da fala de cada um. Vou começar apresentando a professora Marilene Proença Rabelo de Souza, por quem eu tenho grande carinho, minha amiga, foi minha orientadora no doutorado, a quem

eu devo muito, muito, quero te agradecer de verdade. A professora Marilene é professora, é pesquisadora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, atua na área de psicologia escolar e educacional, é presidente anterior da ABRAPEE, que é a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, membro do fórum sobre medicalização da educação e da sociedade, ocupa a cadeira número dois, Loureço Filho, da Academia Paulista de Psicologia, é a diretora do IP, Instituto de Psicologia da USP. E uma honra muito grande ter você aqui com a gente, veio correndo de Bauru hoje cedo e chegou agora há pouquinho aqui para nos abrilhantar neste evento. Obrigada, Marilene.

**Marilene Proença:** Bom dia a todas e a todos aqui presentes. Eu é que agradeço esse convite tão importante que congrega as entidades que trabalham nesse campo da psicologia e da educação aqui no estado do São Paulo, Conselho Regional de Psicologia, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, o Mackenzie, como uma instituição formadora que tem se dedicado, por meio da professora Roseli Caldas, que também é outra incansável batalhadora e trabalhadora da área da psicologia escolar, foi psicóloga escolar nessa instituição e é docente formadora há muitos anos. E também foi uma honra para mim ter a oportunidade de orientar esse seu trabalho de doutorado, ela sabe muito bem disso. Então eu acho que o Mackenzie tem sido uma instituição importante, parceira da área da psicologia escolar. Nós fizemos dois congressos de psicologia, nacionais de psicologia escolar aqui, e um deles com a 37ª Conferência Internacional da ISPA, que é a nossa entidade internacional da área da psicologia escolar, vários encontros da representação paulista, da ABRAPEE e hoje estamos fazendo este encontro de psicólogos e psicólogas que atuam na educação. Eu acho que a Mitsuko deve ter falado já disso, mas esses encontros começaram em 1981, então nós estamos aqui, estava conversando com a Rose que, na verdade, nós estamos no sétimo encontro, nós já fizemos seis encontros, esse é o nosso sétimo encontro, depois vai ter mais um pauzinho ali no nome do encontro, porque nós tivemos essa oportunidade, de 1981 para cá, tivemos um tempo sem eventos, de 1984 a 1985 até 2007 e, em 2007, nós retomamos com o ano temático da educação, que foi um movimento muito grande do sistema Conselhos de Psicologia com a ABRAPEE, com outras entidades, a ABEP, a entidade também de Emergências e Desastres, a AMPEP.

Então, nós tivemos um grupo de entidades muito grande que propiciou a realização deste ano temático da educação e tudo que depois foi desenvolvido também nacionalmente sobre o trabalho do psicólogo, a atuação do psicólogo escolar na educação e fizemos três mostras de práticas de psicologia em educação também aqui no estado de São Paulo. Então, eu acho que é um momento muito feliz para nós de estar retomando este trabalho, de nós estarmos com essa casa cheia de jovens, de pessoas que estão interessadas na área ou que já trabalham na área, profissionais da área, outros que estão namorando a área para pensar uma possível atuação. Então dividir essa mesa com a Lone, com a Rose, com a Roseli é uma alegria muito grande. Bom, me coube fazer uma fala introdutória sobre a questão das políticas públicas e focar um pouco em um projeto de lei que é o projeto de lei que está tramitando nacionalmente para a atuação do psicólogo no campo da educação. Então, eu vou fazer um pouco essa fala e vou pedir para a Roseli, quando faltar uns cinco minutos, me avisar e controlar o tempo. Então, eu acho que é importante nós começarmos pensando nesse conceito, quer dizer, o que são políticas públicas? Nós falamos muito hoje sobre isso, nós atuamos no campo das políticas públicas, quando nós vamos ver a atuação do psicólogo, como muito bem disse a Mitsuko na última resposta a uma pergunta da plateia, nós ampliamos muito o nosso trabalho, o nosso lugar, a nossa participação nessas políticas. E é importante que a gente sempre retome o conceito dessas políticas. Política Pública é um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda em diversas áreas. A política pública sempre está relacionada com a questão da liberdade, da igualdade, com o direito, ao direito à satisfação das necessidades básicas como emprego, educação, saúde, habitação, acesso à terra, meio ambiente, transporte, etc. Então, quando nós vamos falar de política pública, nós precisamos diferenciar de programa de governo, programas de governo não são as políticas públicas, mas muitas vezes os programas de governo se afastam desses princípios das políticas públicas. Então é muito importante que a gente sempre recupere esse conceito, como psicólogos, que estamos defendendo os princípios dos direitos sociais, dos direitos humanos, do compromisso social da psicologia, então é importante que a gente sempre reitere de que política pública nós estamos falando. Nós esta-

mos falando de ações que são coletivas, que são baseadas em direitos sociais, que vão trabalhar com essa temática no campo das nossas ações sociais. As políticas públicas se manifestam por meio de diretrizes, essas diretrizes, esses princípios norteadores da ação do poder público, regras, procedimentos que vão direcionar qual é a nossa relação, a relação entre o poder público e a sociedade. As mediações entre atores da sociedade e do Estado, sempre esses dois grandes protagonistas estão presentes na política pública, não é possível fazer a política pública sem a presença do Estado, não é possível o Estado fazer a política pública sem a presença da sociedade, isso é fundamental na definição de política pública. São explicitadas, sistematizadas ou formuladas de que forma? Em documentos que podem ser leis, programas, linhas de financiamento que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Essa ideia que se tenta vender na sociedade brasileira, latino-americana, de que a política pública será mantida pelo setor privado é uma balela. A política pública, ela só consegue ser mantida com aplicações de recursos públicos, o setor privado pode colaborar e deve colaborar nas políticas públicas, mas para nós estruturarmos políticas que, de fato, sejam amplas, sejam para todos, sejam constitucionais, nós vamos ter a presença fundamental do financiamento público na política pública. Bom, do ponto de vista da política que avanços nós tivemos no âmbito do nosso país em relação às políticas públicas? Então, nós vamos ver que o papel dos movimentos sociais no Brasil foi fundamental para o avanço dessas políticas, nós tivemos a constituição de políticas em saúde, em educação, em direitos humanos, em direitos da criança e dos adolescentes, centradas na participação e na descentralização para os estados e municípios da realização dessas políticas. E nós tivemos, no âmbito da psicologia, uma organização também da psicologia participando de muitos desses movimentos sociais e trazendo finalidades emancipatórias e articuladas a esses movimentos para o campo da psicologia. Então, quando nós abraçamos a resolução 01 de 99, 20 anos já, de 99, e vamos trabalhar com esta resolução que trata da questão do atendimento das pessoas no nosso país, nós estamos referendando um documento importantíssimo da Organização Mundial de Saúde que vai trabalhar no campo da sociedade, retirando do conjunto de determinadas "doenças" que eram fruto do preconceito social de uma certa época da sociedade. Então nós vemos que a

psicologia tem pensado e trabalhado no campo dos movimentos sociais e ao trabalhar nesse campo, ela tem repensado as suas finalidades como ciência, como profissão, na direção dessa perspectiva emancipatória no campo das políticas públicas. Eu trouxe um quadro muito rapidinho para nós vermos o que é que nós conquistamos nos últimos 30 anos, 40 anos no Brasil, porque nós sempre olhamos muito o que nós não temos, o que falta, o que nós precisamos avançar, mas é também muito importante nós olharmos o que é que nós conquistamos, o que é que nós avançamos. Como é que nós chegamos até aqui com muitas das questões que nós pudemos estabelecer no campo das políticas públicas. Então, nós vamos ver que nós temos aí um ponto fundamental que vai se constituir pós Ditadura Civil Militar no Brasil, que vai terminar no início da década de 1980, nós vamos ter então um marco fundamental que foi a nova Constituição que vem no bojo da redemocratização do Estado brasileiro. Essa Constituição, a nossa Carta Magna, que é tida como uma Constituição, tem esse nome de Constituição Cidadã porque ela vai recuperar todo esse conjunto de direitos sociais que nós hoje defendemos nas políticas públicas, a Constituição é que é esse marco fundamental para nós. A luta antimanicomial é um outro marco fundamental no campo da psicologia, nós vamos discutir as formas de atendimento e de compreensão do sofrimento mental. A saúde mental e o SUS que vão se reformular e se transformar em política nacional também em 1988. Então, vocês vejam, entre 1987 e 1988, nós tivemos uma verdadeira revolução no país no sentido de nós caminharmos na direção dos direitos humanos, dos direitos sociais e da busca de políticas públicas que respondam às necessidades da população. Na década de 1990 nós começamos então com um investimento muito interessante no campo da educação, nós vamos ver criança e adolescente transformados não mais em menores, expressão que hoje a gente ainda vê, outro dia eu abri na página do UOL sobre o caso de Suzano, ainda tratam os meninos como menores, quer dizer a gente volta novamente a essa nomenclatura que desde 1990 foi abolida de todos os documentos públicos brasileiros. Nós aprovamos uma lei que se chama Estatuto da Criança e do Adolescente, essa lei de 1990, de julho de 1990, ela vai transformar o paradigma, até então existente na sociedade brasileira, sobre como olhar as crianças mais pobres, as famílias que têm mais dificuldade de criar seus filhos, a realidade social

dessas famílias e da sociedade brasileira. Nós vamos ter no campo da educação um avanço importantíssimo que a Rose vai estar, com certeza, mencionando, baseado na declaração de Salamanca, o Brasil foi signatário da declaração da educação para todos, e na declaração de Salamanca essa questão da inserção das pessoas com deficiência e com necessidades educativas especiais na educação, a LDB de 96. Nós vamos avançar no sentido de uma nova lei de diretrizes e bases da educação, com todos os problemas, com todos os embates, com todas as críticas que nós sabemos que existem em todas as legislações, mas são avanços importantes que nós temos que considerar. E na década de 2000, tivemos uma série, eu só destaquei alguns pontos, o Estatuto do Idoso, o Sistema Único de Assistência Social, o Estatuto da Juventude em 2013, o Plano Nacional de Educação em 2014, a Declaração da Pessoa com Deficiência em 2016, vocês vejam que os avanços continuaram na década de 2000 em termos da instalação dessas políticas públicas. E a psicologia como é que ela tem participado dessas lutas sociais? A psicologia tem participado em várias instâncias, tanto como ciência e como profissão. Nós temos construído referenciais críticos no campo da psicologia e no campo da educação, a psicologia escolar e educacional, produzindo um conjunto enorme de trabalhos que vão repensar a nossa área, que vão inserir esse psicólogo realmente na problemática educacional, pensando os contextos sociais, históricos, políticos, pedagógicos que estão na estrutura e no funcionamento do que se chama de fracasso escolar. Nós também nos organizamos como psicólogos no nosso sistema Conselhos de Psicologia, nós nos organizamos nas nossas associações, ABRAPEE, ABRAPSO, ABEP, somos mais de 40 associações de classe no Brasil. E nós nos organizamos no nosso Sindicato dos Psicólogos, quer dizer, nós temos um sistema de organização que vai se fortalecer também a partir da década de 1980 no momento dessa abertura política e de redemocratização do Estado. Também nós vamos trabalhar em um sistema de organização das entidades, entre elas, através do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. E nós vamos nos articular com a América Latina por meio da ULAPSI, por meio da União Latino-Americana de Psicologia e por meio de trabalhos e de ações com países da língua portuguesa. Então nós vamos ver que os estudos que foram feitos no campo da política educacional no Brasil vão trazer elementos fundamentais para nós, vão

mudar o nosso objeto de estudo, vão fazer uma leitura crítica da psicologia escolar, vão introduzir as metodologias antropológicas de pesquisa, a gente não vai só falar da escola, a gente vai para dentro da escola, a gente vai conhecer a escola, a gente vai ouvir esses segmentos da escola, a formação de pesquisadores nos programas de pós-graduação, tudo isso, nos últimos 30 anos, são fundamentais para a gente pensar em políticas públicas. Nós nos organizamos política e cientificamente no Brasil por meio de muitas ações, então a Associação Brasileira de Psicologia Escolar, realizou, entre 2008 e 2009, o ano da educação, que foi uma articulação entre todos os Conselhos do Brasil para produzir uma proposta de atuação do psicólogo no campo da educação. Todos esses documentos estão online à disposição de vocês na página dos Conselhos Regionais, do Conselho Federal. Nós conseguimos em 2013 publicar as nossas primeiras referências técnicas para atuação do psicólogo na área da educação, a nossa área não tinha referências técnicas para essa atuação. Então nós conseguimos, a partir do ano da educação, construir os parâmetros dessas referências técnicas que foram oficialmente lançadas em abril de 2013. Então, a nossa área hoje, como área, qualquer psicólogo que venha trabalhar em qualquer campo da educação tem nas referências técnicas os seus princípios ético-políticos para atuar neste campo. Então, acho que isso é muito importante, quais são os nossos princípios ético-políticos no campo da educação. E aqui eu trouxe um pouco das articulações que as entidades de psicologia têm feito hoje no Brasil, o Fórum das Entidades Nacionais com a ABEP, o Conselho Federal de Psicologia, os Conselhos Regionais, a Federação Nacional dos Psicólogos, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional, a Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência, a ISPA – International School Psychology Association, a Sociedade Interamericana de Psicologia, essas entidades são entidades que nós todos, como psicólogos escolares, temos nos articulado nacionalmente e internacionalmente, ou seja, nós temos dado uma prioridade muito grande ao nosso trabalho aqui no Brasil, mas sempre pensando na América Latina e pensando nos nossos colegas de outros países que também atuam neste campo. E mais recentemente nós temos atuado muito fortemente no campo das políticas públicas por meio de fórum, que é o fórum sobre medicalização da educação e da sociedade. Bom, então todo esse universo de discussões no campo da política pública tem trazido

uma série de desafios para nós neste campo, então nós temos ainda que trabalhar por muitos aspectos para que essas políticas, de fato, sejam efetivadas. Primeira coisa é lutar pela democratização do processo de elaboração e de implementação das políticas, buscar estratégias de ação visando à superação de explicações individuais para fenômenos educacionais, nós não podemos mais atender uma criança individualmente desconsiderando qualquer contexto social que produza essa dificuldade que chega até nós como psicólogos. Lutar pelo investimento em melhores condições de estrutura e de trabalho dos educadores e dos psicólogos, buscar estratégias de ação visando à superação da visão preconceituosa que a gente ainda tem em relação às famílias da classe popular, ao pobre e à pobreza. Trabalhar pela continuação dessa articulação da psicologia no campo das políticas públicas com outras áreas através dos projetos político-pedagógicos que nós identificamos no campo educacional e compor com demais profissionais em políticas intersetoriais. Essas articulações para implementação dessas políticas devem manter a participação dos psicólogos nas entidades da psicologia e ampliar a articulação das entidades da psicologia no campo educacional. Esse evento é um exemplo dessa possibilidade de articulação, não é? E houve anos de discussão e de trabalho conjunto para que esse evento acontecesse. Então, eu acho que essa ampliação é fundamental. Então quando nós pensamos nas políticas, nós temos, além das políticas nesse amplo senso, nós temos trabalhado também no campo das políticas públicas na área da educação para pensar a inserção da psicologia nesse campo a partir desses princípios ético-políticos que nós defendemos na área da psicologia escolar educacional. Então, por isso, é que nós temos trabalhado sempre com o Conselho Federal de Psicologia, os Conselhos Regionais, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar, articulando com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, com o Sindicato dos Psicólogos, por quê? Porque nós precisamos construir formas de inserção na sociedade que respondam às demandas sociais dentro desses princípios ético-políticos que as nossas referências técnicas nos apresentam por meio dessa grande discussão nacional que nós temos da psicologia escolar educacional. Então, uma das frentes que nós temos trabalhado para efetivar também essa política, que é a frente da formalização da existência desse trabalho do psicólogo na educação por meio de determinadas políticas públicas, por

isso que essa discussão é difícil, é uma discussão acalorada, é uma discussão de muitos anos, mas é uma discussão que nós hoje nos sentimos muito mais fortalecidos em fazê-la, porque nós temos os elementos para argumentar a favor da presença desse psicólogo no campo da educação. E nós temos definido basicamente dois grandes eixos em que a psicologia escolar e educacional tem atuado nesse campo dos projetos de lei. O primeiro eixo é no sentido de projetos que venham propor a atuação do psicólogo na educação básica dentro desses princípios ético-políticos e projetos de lei que apresentem propostas de políticas inclusivas, não medicalizantes e progressistas no campo da educação. Então, essas duas frentes têm sido priorizadas por nós dentro esse universo de situações que nós temos no campo social. Eu vou falar só de um projeto de lei, porque nós temos vários, eu vou passar, esse é um projeto que nós vamos trabalhar aqui no município de São Paulo, que dispõe sobre o apoio multidisciplinar às equipes docentes e gestoras da rede municipal para garantir o direito à aprendizagem dos estudantes e dando outras providências. O projeto de lei 7081. Nós temos trabalhado contrariamente a esse projeto juntamente com os fóruns de medicalização, despatologiza, o Conselho Federal de Psicologia, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar, enfim, as entidades que têm trabalhado na direção de questionar esse tipo de projeto de lei barrando, trazendo os argumentos, trazendo os elementos. Esse projeto é de 2010 e continua tramitando. E o projeto 3688 de 2000 que dispõe sobre o serviço de psicologia e de assistência social na educação básica. Esse projeto, em 2006, recebe um substitutivo, que é um texto novo, ao projeto inicial e é esse texto novo que agora está no plenário para votação, no plenário da câmara dos deputados em Brasília. Então, ele é um projeto que essas entidades todas têm trabalhado e que tem basicamente três eixos: a constituição de uma equipe multiprofissional; considerar que o trabalho do psicólogo deve ser um trabalho de promoção do desenvolvimento e da aprendizagem; e um terceiro ponto que é a de poder pensar que esse trabalho deve ser feito na articulação com os educadores e com as secretarias de educação, baseando-se nos projetos político-pedagógicos tanto das secretarias quanto das próprias escolas da sua região. Então, esses três eixos que compõem esse projeto de lei são, para nós, muito caros, é um texto muito curtinho que diz muita coisa do que nós acreditamos que deva ser o tra-

balho do psicólogo no campo da educação. Então, acho que hoje à tarde vocês vão ter oportunidade de discutir esses temas e aí, creio, que nos grupos também isso é possível de ser detalhado, que projetos são esses e como eles podem funcionar. E terminaria com uma frase do Paulo Freire que gosto muito, em que ele diz: "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda". Então nós estamos implicados, compromissados com esse processo de transformação social. Paulo Freire é um dos nossos maiores educadores brasileiros, um dos maiores filósofos da educação, um dos maiores pensadores da nossa educação. Quem não leu ainda o autor, leia, vá buscar seus livros, quase sua obra inteira está online, com acesso aberto. Então, conheçam como o Paulo Freire pensa e toda a importância da sua obra para nossa área, que nos inspira, nos inspira nesse compromisso social e principalmente nos inspira na construção de políticas públicas que venham responder ao compromisso social da psicologia e a responder a esse compromisso ético-político da psicologia com o campo da educação. Então, é um recado meio rápido, mas para a gente poder, pelo menos, ter alguns elementos também com o que Mitsuko já nos trouxe e que as colegas também vão trazer nas suas falas para que vocês possam fazer esse debate à tarde e nós fazemos encaminhamentos, a partir desse evento, para as nossas ações no campo das políticas públicas no estado de São Paulo e, quiçá, nacionalmente. Muito obrigada.

**Roseli Fernandes Lins Caldas:** Muito obrigada, professora Marilene Proença pela sua palestra, pela sua palavra. E é pena, a gente tem mesmo que dividir o tempo, a gente sempre quer mais, mas é o que a gente vai conseguindo. E agora nós vamos ter uma discussão sobre a inclusão na educação, uma política pública que muito tem preocupado e chamado os psicólogos, a educação chama os psicólogos toda hora diante dessa questão. E quem vai falar é a psicóloga Ione Aparecida Xavier. Ela é psicoterapeuta familiar, membro do núcleo de educação e medicalização do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo, CRP SP, membro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Sorocaba - São Paulo, vindo diretamente de Sorocaba para cá hoje. Membro do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Ione tem tido uma atuação muito bonita lá na sua região nessa área, então é um prazer muito grande, muito obrigada por ter vindo, Ione. Obrigada.

**Ione Xavier:** Obrigada, Roseli. Bom dia a todos. Quando me pediram para falar do tema, eu fiquei pensando um pouco na nossa prática, como disse a Roseli, de que lugar eu falo, eu falo como gestora do Conselho Regional de Psicologia, participando de alguns núcleos do Conselho, participando do núcleo da pessoa com deficiência, o que é inédito nessa gestão, queria deixar isso bem evidente na minha fala, porque já venho participando de outras gestões, mas a gente precisa enaltecer quando a coisa acontece e o Conselho de Psicologia tem tido esse olhar e a gente apoia bastante e estamos juntos para que todas essas políticas públicas, como a Marilene colocou, de fato, aconteçam também para a população da pessoa com deficiência. Eu também falo do lugar de formadora universitária e falo isso porque também na minha trajetória formei muitos psicólogos, psicólogas e algumas com deficiência, então isso também me deixa muito à vontade para falar sobre o tema hoje. A questão da deficiência é uma questão que me acompanha há mais de 30 anos fazendo trabalhos voluntários. E eu fico feliz de estar aqui falando sobre esse tema hoje. Seria muito bom ter pessoas com deficiência na plateia aqui. Quando a gente fala, pelo menos quando eu falo de inclusão hoje em dia, eu gostaria de estar falando para uma pessoa com deficiência, porque a gente fica muito solitário do lado de cá falando de uma realidade da qual a gente precisa se aproximar, se aproximar de fato. Então, a minha fala vai ser mais provocativa, crítica, somos formados para isso e eu espero poder contemplar um pouco a expectativa de vocês, porque eu vou trazer um pouco de um momento histórico que eu pincelei e um pouco da prática que a gente tem lá em Sorocaba a partir de rodas de conversa com psicólogos. Eu estou então falando um pouco desses desafios históricos, se a gente pensar que há mais de 40 anos a ciência vai preconizar fatores biológicos e psicológicos, vão interagir de modo complexo para produzir o que se media como QI nos seres humanos e com a capacidade de aprender dos animais inferiores, dos ratos, por exemplo. Eu trouxe esse slide para a gente contextualizar do ponto de vista histórico que Thompson e colaboradores, já nos Estados Unidos, vão falar em seus vários estudos que os ratos criados em ambientes complexos, eles saíram-se bem melhor na aprendizagem de labirintos do que os ratos criados em convencionais gaiolas de laboratório. Naquela época já se sabia que o cérebro dos ratos criados em ambientes enriquecidos diferia dos ratos criados em condições empobrecidas. Na minha época, quando eu me formei, a

gente manuseava os ratinhos, agora parece que não se faz mais isso, a gente vai evoluindo inclusive nessa perspectiva. Mas, enfim, o que eu digo aqui é que há mais de 40 anos a ciência vai precognizar como fatores biológicos, psicológicos interagem de modo complexo para produzir QI nos seres humanos e a capacidade de aprender dos animais inferiores, no caso os ratos. São os norte-americanos então que vão se deparar com essa incógnita do que eles denominavam aí de superdotados, crianças que tinham QIs elevados e talentos matemáticos incomuns. Isso era um desafio, eles não tinham respostas para a época. As crianças, por exemplo, nos estudos podiam dizer o dia da semana, o dia em que caiu aquele ano e tal, mas não sabiam somar, eles estavam falando dos superdotados nos seus estudos e não tinham explicação para eles. Então, estudiosos antigos, de 1979, já alertavam naquela época para a necessidade de programas educacionais nos Estados Unidos voltados mais para uma situação crítica de desafios, pois eles contavam com os programas de trabalho, com crianças denominadas excepcionais em nível de escola de primeiro grau, mas não havia nada no nível de escola secundária. Então, já questionavam que essas habilidades básicas para a criança aprender deveriam ser traduzidas em programas de educação vocacional e de carreira para ajudar indivíduos denominados de excepcionais na época, para atuar no local de trabalho adulto. Então, porque é que eu trouxe essa fala, apesar de antiga? Pensar na educação de uma forma ampla, transformadora e humanista, eu acho que é mais que necessário, principalmente nos dias de hoje, se a gente considera as pessoas com deficiência, as pessoas com deficiência que estão nas suas famílias cujos os pais esperam que evoluam. Vocês que estão na universidade preparando-se para serem profissionais, provavelmente seus pais então felizes com vocês, a gente não pode dizer que isso aconteça da mesma forma com as famílias que têm pessoas com deficiência, às vezes, o máximo que elas conseguem é ir para a escola, um processo educacional de forma ampla, como profissionais transformando a sociedade talvez nem ocorra para essas pessoas. Então o Robs e colaboradores viam as crianças denominadas, à época, como excepcionais com pouca capacidade de serem incorporadas à sociedade, dadas as deficiências de aprendizagem. Eles pautavam que as crianças seriam beneficiadas se tivessem auxílio especializado com um bom diagnóstico, isso só seria possível se e quando houvesse verbas financeiras e programas de tratamento para diminuir a necessida-

de dessas pessoas. Então, do ponto de vista histórico, nós tivemos poucos avanços, se a gente for pensar nos países mais desenvolvidos em relação aos diagnósticos, cuidados educacionais e do mundo do trabalho das pessoas com deficiência em relação às garantias de direito pautadas nas leis locais. Então, atualmente a gente pode dizer que muitos pesquisadores vão se apoiar em uma visão sócio histórica para entender como as pessoas com deficiência vivem, aprendem e avançaram muito em suas pesquisas saindo de uma perspectiva biológica para uma perspectiva social interacionista, mas muitos casos ainda continuam sem respostas para essas questões mais antigas. Parece que sair dos laboratórios não foi suficiente, quando a gente saiu dessa questão de manusear os ratos, a mera aproximação das pessoas com deficiência também não foi suficiente. E entendo que a inclusão deva ser um tema constante em nossas leis, nas falas e nas nossas práticas principalmente socializadoras. Nós temos, eu acho, uma dívida muito grande com as pessoas com deficiência, temos que pedir perdão para essa categoria, porque nós estamos distantes delas mesmo. No Brasil, infelizmente essas discussões e desafios para a ciência chegam dez anos após as discussões nos Estados Unidos, nós estamos muito atrasados. Os direitos das pessoas com deficiência são assegurados há 30 anos pelo artigo cinco da nossa Constituição Brasileira, que diz que: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes", ou seja, homens e mulheres são todos iguais em obrigações, em termos da Constituição. Então, nós lemos aí no artigo que é dever de todos, do Estado, da família, a questão da proteção da criança, assegurando-lhe o seu desenvolvimento completo. Entendo que há uma ausência de política efetiva de educação, inclusive que priva os demais alunos, futuros adultos da sociedade de maneira geral de lidar com as diferenças, de viver a solidariedade, ou seja, no sentido de ajudar o outro em suas necessidades específicas. O ensino inclusivo ajuda a sociedade, de maneira geral, a mesclar, agregar e entender com o convívio e afeto sobre os problemas da pessoa com deficiência. O artigo cinco vai falar que é dever do Estado a educação, efetivando as medidas de educação básica e atendimento educacional especializado. E há também no inciso sete o atendimento ao educando em todas as etapas de educação por meio de programas suplementa-



res, pensando em escola, transporte, assistência. Com a pessoa com deficiência acho que falar de educação é falar nesse aspecto mais amplo, ela não pode se educar se não tiver transporte, se não tiver viabilidade de acessibilidade. Então, a pergunta que eu entendo que a gente precisa fazer é: O Estado tem cumprido o seu dever? Em caso positivo, a escola tem interagido e preparado a pessoa com deficiência, garantindo-lhe um pleno desenvolvimento e preparação para um convívio social e de trabalho? Em caso negativo, como a família pode exercer esse seu dever com o Estado e em colaboração com a sociedade para garantir a educação da pessoa com deficiência? Acho que essas são questões para nossa reflexão. Quando a gente fala de inclusão, a gente está ainda engatinhando, acho que as leis estão aí, estão acontecendo, mas a gente precisa responder a muitas questões ainda. Como tenho pouco tempo, vou falar sobre a roda de conversa que tivemos em Sorocaba sobre pessoas com deficiência, com nove psicólogas participando. Então, aqui eu vou dizer que as discussões dessas psicólogas, que algumas faziam parte da APAE de lá, é do desafio que a nova gestão enfrenta para desconstruir um modelo assistencialista dessa escola, da APAE, que passou para a sociedade, então uma delas dizia: "A APAE não é uma escola, ela é para a garantia de direitos, reabilitar a saúde e educação", tiveram que mudar a sua perspectiva de trabalho para entender as pessoas com deficiência. E, para elas, a discussão entre profissionais envolvidos com a instituição é fundamental, pois o reflexo assistencialista é muito marcante, o deficiente intelectual principalmente é tratado como incapaz ainda hoje. Eu vou só falar de alguns aspectos que a gente discutiu, porque pensando na LBI de 2005 também, uma das discussões foi a de que a pessoa com deficiência até essa lei ela não existia, a gente não pode falar que as pessoas existem se não são consideradas nos planos de governo, nos programas de governo, com políticas efetivas que garantam a essas pessoas o acesso em todos os espaços. Então muitos ainda com essa sensação de que não existiam do ponto de vista da sociedade. As instituições ainda fazem algumas questões: o que fazer com os que estão em idade avançada e são os mais comprometidos cognitivamente? Onde inserir a pessoa com deficiência que não se enquadra na LBI? Orientar, a partir da realidade da família, elas tentam encaixar aí as suas horas de trabalho com visitas para essa orientação, mas tudo é um trabalho que elas fazem por conta própria. E lidar, inclusive, com a pressão de falta de

recursos nessas instituições, que pagam muito pouco. Então, a gente vai se deparando com a precariedade também da nossa categoria para lidar com o tema da inclusão. Uma das discussões que a gente teve na roda de conversa é que essa primeira ajuda tinha que ser para os profissionais que são diretamente ligados para a pessoa com deficiência, para ajudar os pais e a sociedade a verem as pessoas com deficiência como pessoas; ajudar os pais e a sociedade a confiarem no Estado em relação aos cuidados e a capacidade dos filhos com deficiência; ajudar o profissional e professor da instituição a traduzir as suas percepções técnicas e humanas sobre a pessoa com deficiência, e orientar quando apresenta um discurso mais cristalizado do não saber em relação a essa pessoa; ajudar o terapeuta a sair de sua tendência, a expectativa em relação à pessoa com deficiência quando percebe que ela não consegue fazer alguma coisa. Então trabalhar também as expectativas do psi no seu trabalho, foi uma outra questão importante. Bem, outra questão que gostaria de falar é sobre as leis que temos em Sorocaba. As leis de controle social ainda são muito pequenas, muito poucas nos municípios, a gente tem uma em Sorocaba de acessibilidade, a gente ainda conta com a LBI, mas a LBI é muito pouco conhecida, inclusive nos municípios. Então, acho que faz parte da nossa meta de trabalho, de quem lida com a educação conhecer as leis no seu município, inclusive aqui em São Paulo, para que a gente possa mudar um pouco essa realidade de exclusão, quando a gente ainda não se depara com a pessoa com deficiência em todos os ambientes, podendo ir e vir como a gente imagina que ela deva ir e vir.

**Roseli Fernandes Lins Caldas:** Obrigada, lone. E agora a gente tem nossa última participante dessa mesa que é a Maria Rozinete Gonçalves, que carinhosamente a gente chama de Rozi. Ela é vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo, do CRP SP, psicóloga escolar, é docente do ensino superior, é doutoranda da UNIFESP, membro do Grupo Interinstitucional Queixa Escolar e do fórum sobre medicalização da educação. Muito obrigada, Rozi, a palavra é sua.

**Maria Rozinetti Gonçalves:** Olá, bom dia a todas. Eu queria saber assim quantos daqui são estudantes, pessoas que estão em formação? Por favor, levantem a mão. Bastante gente, que bom! Adoramos ver estudantes porque sabemos o quanto precisamos mobilizar de esforços para trabalhar o campo da educação. E os demais eu entendo que são profissionais. É um prazer estar

aqui como representante do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, conselheira da atual gestão, aliás, desde a gestação passada colaboradora. A Marilene é uma das responsáveis por me levar para o Conselho e com isso eu poder contribuir com o campo da educação. Tenho sempre trabalhado e pesquisado a intersecção educação e saúde. Início minha fala apresentando uma série de palavras que estão postas na nossa vida, termos como: hiperatividade, transtorno, Rivotril, diagnóstico, fracasso, queixa, síndrome, depressão, e acho que elas são importantes não só porque a gente as vive, mas para que também façamos o questionamento da pertinência e das “verdades” estabelecidas com as pessoas com quem a gente convive, sempre colocando pontos de interrogação. Muitas vezes elas não devem ser aceitas como verdades, mas a gente deve colocar pontos de interrogação. Mas para que Rivotril? Mas por que é tido como doença? Por exemplo, a dislexia, o TDAH. A gente sempre tem que colocar pontos de interrogação para entender por que é que a gente está falando de medicalização. Importante também pensar que esse processo está na vida. A lone acabou de falar aqui das pessoas com deficiência e o que temos produzido a respeito, eu mesma estou me aprofundando um pouco no estudo agora no doutorado na questão da medicalização e aspectos da pessoa com a deficiência. E quando a gente faz o processo reducionista de entender que ela precisa somente de reabilitação, que ela precisa de uma escola especializada, isto é um olhar medicalizante, pois estamos deixando de entender o outro na sua inteireza, facilmente naturalizamos os corpos e produzimos discursos na lógica da corponormatividade, normatizar corpos e então vamos consertar com infinitas sessões de fisioterapia e, enfim, todos os processos desgastantes em busca do ideal normativo. Não que não seja importante a fisioterapia, sim, é muito importante, mas reduzir a vida da pessoa ao processo de reabilitação é altamente restritivo. Destaco outros aspectos, como quando encontramos jovens hoje de 16 anos, já muito focadas na busca de uma estética que responda a padrões da sociedade e a gente naturaliza o processo, algo está errado, precisamos questionar: o que tem produzido jovens com 15 anos/16 anos terem desejos de colocar seios bonitos para responderem a um padrão que é social? Eu nem estou falando em aspectos de saúde, estou falando de estética, pura estética, porque tem que responder a um padrão de normatividade, de corpo “sarado”, nesse caso, a

gente está falando de processos de medicalização também. Com relação a questões de parto, sendo o Brasil um país dentre os recordistas em cesariana o que nos faz deixar de lado a busca por um parto humanizado, um parto naturalizado? Vamos encontrando respostas que apontam para o fato de ser mais conveniente para o médico, mais conveniente para o hospital, além do que se ganha mais nesses casos, sabemos de tudo isso e fazemos pseudo escolhas. Enfim, estamos falando de processos de medicalização. Apresento o conceito de medicalização, principalmente aos estudantes, embora a professora Roseli já trabalhe com vocês, para que possamos pensar que, quando a gente tem processos que transformam as questões de ordem social, política, econômica - marcadas pela cultura e pelo tempo histórico - em distúrbios, em transtornos, atribuindo à pessoa uma série de dificuldades que a inserem no campo das patologias, dos rótulos e da classificação, estamos falando de medicalização da vida. Sempre que olhamos por esse viés, de maneira simplista, reducionista, linear, em certa medida estamos culpabilizando o indivíduo e abandonando premissas que contemplem visão multifacetada e multideterminada dos fenômenos humanos e sociais. E a culpa, às vezes, é uma culpa que também alivia porque carrega direitos, então preciso de diagnóstico de dislexia para entrar no AEE (atendimento educacional especializado), para a professora poder oferecer um atendimento mais focado às necessidades daquela criança. Pergunto: mas isso não deveria valer para qualquer criança em processo de escolarização? Ao nos embasarmos nessa diretriz, que deturpa a finalidade da escolarização, estamos falando então de processos que são patologizantes e medicalizantes, numa lógica centrada no adoecimento do indivíduo para o direito existir. Quando se fala em medicalização é importante saber que a gente não está falando de medicação, porque todos precisamos, a ciência avançou e tem hoje muitas formas de tratamento, de cura através da medicação, que são extremamente importantes, isso tem trazido, inclusive, perspectiva de longevidade para as pessoas e com maior qualidade, isso é importante. A medicalização também se diferencia da medicamentação ou farmacologização, que são processos pautados no excesso de medicamento que a gente vê ao nosso redor, muita automedicação entre a população. Então, ainda que se tenha uma doença, muitas vezes, há o excesso. Penso ser importante lembrar um pouco de Foucault que nos pauta que essa questão da

normalidade é uma condição discursiva, então se a gente está falando do lugar da medicalização como algo que tem um discurso que busca a normalidade, como uma régua, um parâmetro, não podemos deixar de considerar que ela é uma condição discursiva que está atravessada pelos condicionantes políticos, econômicos e sociais de uma dada época, a nossa época. Depois eu vou aprofundar um pouco sobre os condicionantes que determinam o que é normal e o que é anormal, e que atuam determinando o que deve ser feito com o diferente. Então isso é importante, porque pensar que a gente põe a régua para entender que na métrica cabem alguns e não cabem outros, e os que não cabem, muitas vezes, são os tidos como diferentes e diferença entendida como menos, como desvalia, como falta, em relação à deficiência, mas não só. Há também outras faltas, falta atenção, falta aprender, falta se comportar, falta seguir regras e aí a gente vai construindo a ideia de que sempre há algo que falta. Pensando na questão entre o normal e o patológico, inclusive dessa régua normativa, a gente percebe uma significativa relação com o campo da área médica, especialmente a Associação Americana de Psiquiatria, que vem produzindo o Manual de Diagnósticos de Transtornos Mentais. Neste parametrizador médico-psiquiátrico constata-se um exponencial crescimento dos diagnósticos. Então se a gente passa de 130 diagnósticos em 1952, e se chega aos parâmetros em vigor hoje, com 446 diagnósticos em 991 páginas, ou seja, crescimento de 106 para 446 diagnósticos, nesses anos de existência do manual, para mim é assustador. Mas aí a gente pode dizer: "Bom, mas a ciência avança, a gente está fazendo novas descobertas", pode ser uma explicação, mas não é a que acreditamos; a gente acredita, sim, que se tem caminhado na linha da normatização dos comportamentos e das formas de ser humano, da expressão humana e, portanto, tudo que foge a uma norma rigidamente construída, na maioria das vezes, vai ser categorizado como desvantagem. Exemplo disso é esse transtorno disruptivo de desregulação de humor na infância, então se tem aí um transtorno recentemente criado que vai categorizar a famosa birra infantil, determinada a quantidade, regularidade, forma que a criança expressa o seu descontentamento, sua frustração. Todos nós estudamos na psicologia como a criança lida com a frustração, e a expressa de alguma forma. Caso seja considerada alteração de humor, ela pode receber um diagnóstico, mesmo que tenha 3 anos de idade. Então isso é visto

bem precocemente, um olhar construído culturalmente sobre a infância. O diagnóstico transtorno bipolar na infância também está crescendo absurdamente, segundo os padrões pautados na medicina, assim como o déficit de atenção e hiperatividade. No campo da aprendizagem, dislexia, discalculia, dislalia, disortografia, a gente tem todo os "dis", dizendo que faltam nas crianças essas condições. Ora, a educação e a escola não estão para ensiná-las? Não está para ajudar e promover o processo de desenvolvimento humano? E pensando em atenção, não se nasce com a atenção pronta, pois é uma função psicológica que deve ser desenvolvida. Na escola em que eu trabalho, preciso constantemente devolver o questionamento quando me perguntam "Por que fulano não para quieto?". Bom, reflito junto com o professor sobre o que é que se tem feito no processo de educação e de escolarização para que a criança desenvolva essa capacidade? E ela vai desenvolver do jeito dela. Então, enfim, cada um tem o seu jeito de chegar a um determinado lugar ou se desenvolver dentro de um processo, não dá para ter aí a régua e medir igualmente a todos, desconsiderando as subjetividades. Nos estudos é possível perceber que há uma prevalência nos meninos, em situação de pobreza e criados em ambiente psicossocial adverso, é com isso a gente então vai chegando - considerando os estudiosos da psicologia escolar e educacional - e delineando um determinado grupo, que é afetado. Pensando nos atravessamentos que têm o processo, podemos destacar que há interesses econômicos envolvidos, o marketing da doença, o lucro da indústria farmacêutica, questões políticas de controle social, então a quem serve controlar as formas e as expressões humanas? Também há questões ideológicas que estão postas nessa reprodução de um dado tipo de sujeito, a serviço de um cientificismo, de um tecnicismo que também vai fazer uma captura da forma de sermos hoje. Importante falar um pouco sobre o expressivo aumento de vendas de Concerta e Ritalina, dois medicamentos para TDH à base do metilfenidato e principalmente em crianças muito pequenas, dois e três anos iniciando a vida já pela medicalizadas e medicadas. Vocês imaginam o que é uma vida psíquica que se desenvolve a partir do atravessamento de um jeito de ser que é o jeito de ser composta pelo remédio, droga, que ele toma? É isso que a gente está fazendo. É preciso considerar nossa grande responsabilidade nessa atuação de desconstruir ou reforçar essas práticas medicalizantes/psicologizantes, principalmente porque se

recebe também nos nossos consultórios psicológicos. Mostro aqui um dado de pesquisa do Serviço de Psicologia Escolar da USP, no qual aproximadamente 70% dos encaminhamentos de crianças de 6 a 14 anos se originam na escola e tem como base as queixas escolares. Então pergunto: como que a gente tem trabalhado as queixas escolares? Ou seja, o psicólogo clínico também é um psicólogo que precisa entender do campo da educação, senão ele vai fazer um atendimento reducionista no seu processo de avaliação e tratamento. Também precisamos fazer perguntas como: a quem interessa que o professor identifique e faça diagnósticos? Lembram daquele quadro que apresentei? Enfim, a indústria farmacêutica, controle social, a gente tem diversos fatores envolvidos. E por que é que a escola vem delegando as questões pedagógicas ao saber médico? É uma questão que a psicologia escolar precisa ajudar a pensar. Muitas vezes, a forma como a escola cumpre ou deixa de cumprir a sua função reverberará em encaminhamentos escolares. Destaco aqui a frase: "Essa ideologia privilegiada de explicação do fracasso escolar pela via da patologização da criança, localizando no indivíduo, a dificuldade que lhe é praticamente imposta por uma política educacional que insiste em não vê-lo como cidadão". É uma frase impactante e eu acho que a gente tem muito a pensar sobre ela. A educação nem sempre considera o indivíduo um cidadão, porque a educação também não está posta para promover um processo crítico do desenvolvimento humano, crítico e integral do desenvolvimento humano. E há dados impactantes sobre a educação, por exemplo, 50% dos alunos do ensino fundamental (1º ao 9º ano) não chegam ao ensino médio. A questão do analfabetismo ainda está muito presente em nossa sociedade, não sabem ler, escrever com propriedade e autonomia. Outros dados revelam o baixo desempenho em áreas da aprendizagem, como a questão do domínio da leitura, da escrita e da matemática. Esses dados vão sinalizando que há um tipo de educação, que está servindo a um tipo de sociedade. O Ministério da Educação está conectado a diversos institutos, Itaú, a Fundação Roberto Marinho, dentre outros. Aí a gente tem a base nacional comum curricular que também foi construída conectada a muitos institutos, muitos deles de iniciativa privada, isso vai revelando como a iniciativa privada pauta a educação. Então, por mais que a gente diga política pública, a gente sabe que no fundo não é bem isso quando a gente vai escarafunchar. E aí há muitas outras

questões que atravessam a escola que a psicóloga da educação precisa ajudar a pensar, como a questão de gênero, a escola sem partido, a qual ideologia ela serve? A questão da educação inclusiva e a questão da segurança nas escolas. A própria proposta discutida pela lona da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva está em revisão, não sei se vocês sabem, encerrou essa semana a consulta pública. Ela retoma a questão a questão comportamental, social, comunicacional e de linguagem como possível encaminhamento para o AE. E alguns de nós estamos meio desesperados com isso, querer voltar, retroceder e dizer que todos são públicos da educação especial. Criança com déficit de atenção é público da educação especial? E a gente sabe que isso, sem dúvida, pode desencadear um retrocesso, primeiro que também deixa de atender corretamente ao público que é realmente o público da educação especial e, segundo, porque vamos precisar de mais diagnóstico para encaixar mais criança nesse público, porque também tem duplo investimento, vocês sabem que as escolas também recebem duplo investimento quando tem AEE. Enfim, há diversas questões que precisam ser pensadas. E aí, assim, eu faço um convite, quando a gente está no campo da educação, a gente é capaz de pensar de forma sistêmica, nos fatores interdependentes de um dado fenômeno? Então a psicóloga que atua neste contexto precisa compreender esses determinantes políticos, econômicos e sociais, precisa entender os sentidos, os significados, a cultura dos territórios, as representações sociais sobre o que é ser criança, o que é ser professor e educador, o que é ser família, porque a gente sabe as diversas leituras de família que é possível fazer. Analisar e compreender as histórias contadas e vividas pelas pessoas que compõem o campo da educação, é preciso compreender a rede de proteção social da criança, o quanto ela está frágil, o quanto ela não está suprida em suas necessidades. É preciso pensar nos equipamentos disponíveis àquela comunidade, pois a fragilidade disso reverbera na criança e pode reverberar num falso diagnóstico. Cabe compreender as questões vividas pela família, a concepção de criança daquela comunidade, ou seja, de que criança, de que escola, de qual família estamos falando? Essa leitura sistêmica se faz importante, para que possamos sair das explicações lineares e simplistas de um processo. Como caminhar para um processo desmedicalizado? Quando se consegue compreender a diferença, a situação-problema atra-

vessada por fatores multideterminados, onde o caminho não é um só, é diverso e envolve diversas pessoas. É necessário problematizar o sistema escolar, refletir sobre a massificação dos sujeitos, os processos de exclusão, a formação linear, a fragmentação dos currículos, as pedagogias ultrapassadas, a implantação autoritária de políticas educacionais, as falhas no funcionamento escolar, a gestão centralizada e burocratizada, as arquiteturas inadequadas e sucateadas, as aulas inadequadas ao público que deseja atingir, etc. A maioria das professoras que trabalham com educação infantil tem queixas como: "É muita criança para a gente dar conta", esta é uma realidade cruel. Problematizar as expectativas que a escola tem quanto à passividade dos adolescentes e das crianças, onde o corpo tem que ficar sentadinho aí atrás da carteira, da mesa. Problematizar as finalidades do ensino, ou seja, a serviço de quem e de que está a escola? O desrespeito crônico e o sucateamento da profissão docente. Então a gente tem o governo municipal com a questão do SAMPAPREV e toda a manifestação ocorrida recentemente, e como que o governo lidou com isso? Como o prefeito lidou com aquilo? Mandando a polícia lá para silenciar e calar os professores. Então se pode perceber o lugar que os professores, nossos mestres, ocupam na nossa sociedade, de desvalorização, o que consequentemente reverbera no seu fazer educativo. Enfim, questionarmos os desmontes das políticas públicas e o desinvestimento financeiro de longas décadas. Esse projeto de educação nomeado por alguns de crise, mas é uma crise intencional, é uma crise que ruma para outro lugar que, muito provavelmente, é o da privatização do ensino público, de retirada de direitos, mexer na educação que ainda é um campo mais protegido na questão da privatização. Finalizando, cabe pensar alguns princípios envolvendo o psicólogo escolar educacional, quanto ao seu compromisso ético-político, citado por Marilene e Mitsuko. Pensamos que esse profissional deve contribuir para uma educação transformadora com vistas a uma sociedade menos pautada na cultura colonialista, patriarcal, machista, misógina, sexista, homofóbica, corpornormativa e capacitista. O capacitismo, já citado na questão das habilidades e competências. E como fica a pessoa com deficiência? Se a gente puser essa métrica, eles estarão de fora, com certeza. Outro princípio: Enfrentar e combater preconceitos, estigmas, discriminação, opressão, violência, negligência, exploração cotidiana, romper a segregação na defesa de uma educação ali-

cerçada na justiça social e na dignidade humana, conforme a Declaração dos Direitos Humanos e conforme o nosso Código de Ética Profissional do Psicólogo. E, por fim, combater a padronização de condutas, comportamentos, afetos, personalidades e valorizar as singularidades existências, as experiências de vida e produções, considerando os marcadores de raça, etnia, pobreza, gênero. Então se tem que pensar de quais crianças estamos falando a partir desses marcadores. Explicitar criticamente a lógica da judicialização e do dispositivo dos diagnósticos como instrumento biopolítico de patologização e medicalização da educação. Isso é um princípio fundamental, senão a/o psicólogo/a é facilmente engolido pela máquina econômica, financeira e ideológica vigente. Muito obrigada. Estou à disposição.

**Simone Simões:** O meu nome é Simone Simões, eu sou estudante de psicologia, mas eu venho de outras formações, eu sou fisioterapeuta, formada em pedagogia, psicopedagogia e agora estudante de psicologia. E eu gostaria de te perguntar o quanto a própria psicologia mais tecnicista, de medições de QI, de testagens, as neuropsicologias, o quanto tudo isso pode prejudicar a educação em vez de melhorar, ou seja, o quanto ela favorece a medicalização? Esse processo inclusive de afastamento da criança normal, entendeu? Da criança ativa para uma criança que é obrigada a entrar em uma norma e ficar presa a uma medicação que vai fazê-la ficar sentada em uma cadeira.

**Davi:** Bom dia. Meu nome é Davi, sou psicólogo. Uma questão que eu acho relevante e que eu vejo sendo, por vezes, abarcada de uma maneira um pouco mais superficial, até não sei se por conta das nossas referências, mas até com um olhar, dentro do que está acontecendo, do que já foi feito, mas um olhar futuro, mas deixo e peço a gentileza de vocês trazerem informações com relação às mídias sociais, a questão da internet, o acesso que eles têm e que muitas vezes na sala de aula temos lá um livro amarelado. E como acompanhar, como professores vão acompanhar, como psicólogos vão acompanhar essa galera aí tão cheia de informações, não necessariamente conteúdo, mas dessa diminuição até de repertórios. Então eu gostaria de saber de vocês como isso também está sendo estudado e visto por vocês, um fenômeno tão hoje consistente e cada vez maior, a ponto de muitas pessoas não saberem escrever, mas saberem abrir o joguinho e outras coisas mais. Obrigada.

**Eneida:** Bom dia a todas e a todos. Eu sou Eneida, sou aluna de psicologia da UNICSUL e estou conhecendo agora muita coisa, mas todas as vezes que nós falamos de psicologia da educação e educação, eu tenho visto o nosso foco sempre voltado para aprendizagem, para os processos de aprendizagem do aluno. Eu gostaria de saber o que é que tem sido feito, o que tem sido pensado em relação ao professor, que é muito importante nesse cenário e como que a psicologia cuida de quem cuida, cuida de quem ensina, atua nessa área. Está bom? Obrigada.

**Maria Rozinete Gonçalves:** Bom, pensar um pouco no que você trouxe. Brilhante sua formação, olha por muitos lados. Mas a gente tem sim acho que pensar na história da psicologia, porque ela nasce com este olhar, a lone trouxe aqui, a Mlt-suko também, nasce com esse olhar que é o olhar de identificar pontos, funcionamentos no indivíduo e em uma perspectiva individualizada, uma perspectiva naturalizada. E ainda a gente tem, embora haja muitos avanços, o próprio uso da avaliação psicológica está mais ampliado, hoje a gente sabe que a avaliação psicológica está inclusive nas políticas públicas, que ela não se dá mais só pelo teste psicológico, que é apenas um instrumento, um elemento que compõe a avaliação psicológica, mas se a gente não cuida desse processo, é bem possível retroceder, porque escorregar para o campo mais fácil é sempre fácil, escorregar pelo lugar de conforto, que às vezes é o apego ao lugar tecnicista, a gente incorre sim em leituras que podem ser medicalizantes. Então eu dei o exemplo do consultório, a minha é bastante difícil, quando, como psicóloga educacional, convido os profissionais para virem dialogar sobre a criança que estão atendendo e muitos deles se recusam, porque receberam a demanda e se restringem ao consultório. Então, acho que até respondendo à terceira pergunta, a gente não cuida do professor assim, porque ele está lá sozinho também, ele precisa de uma conversa, de um diálogo ampliado, de uma compreensão ampliada sobre o processo de aprendizagem daquela criança. Só para dizer que vou pensando como você, a visão tecnicista ela descuida de muitas coisas e desse modo, o campo da medicalização pode ser fortalecido, leituras medicalizantes e patologizantes das questões das crianças e dos adolescentes nas escolas, fatalmente. A questão das mídias sociais tem um papel importante, inegável porque promove a aprendizagem, são instrumentos que promovem a aprendizagem que deve ser sempre considerada no processo educativo

de qualquer criança dentro ou fora da escola, processos educativos são promovidos pelas mídias sociais, mas elas devem ser cuidadas. A gente precisa de um acompanhamento de perto desse processo para que não se caia no uso exagerado, no uso excessivo, que substitua as relações humanas que promovem aprendizagem. Como o ensino a distância, a gente tem lutado muito pelo não avanço do ensino a distância no campo da psicologia. É uma luta insana, a gente não sabe por quanto tempo se conseguirá sustentar isso, enquanto Conselho Federal e todos os Conselhos profissionais. Na área da saúde, a gente está conseguindo segurar, mas no ensino básico também houve com a nova regulamentação, que foi aprovada em dezembro, no ensino médio aumentou a questão do uso da tecnologia, no caso, o ensino a distância. Então eu vou pensando que a gente precisa sempre pensar que assim como na própria questão da doença, as neuroimagens têm avançado e trazido coisas importantes, no campo das ciências neurológicas. Também se a gente só usa o recurso tecnológico por "modismo", se está caindo no reducionismo, tecnicismo e deixando de pensar coisas importantes que têm que pensar com o que vem, com a tecnologia. A proposta que eu trouxe, essa proposta ampliada e a proposta que foi trazida aqui de como a psicologia escolar e educacional se situa é o que estamos fazendo junto, fazendo com, pensando com. Cabe fortalecer as respostas coletivas. A história da varinha mágica, de ir lá solucionar problemas, a gente não tem e por isso é necessário ser muito honesto e sincero, levamos a ciência psicológica para pensar sobre um fenômeno que está posto e aí o outro pensa a partir de outro referencial, cada um pensa a partir do seu referencial para construirmos os caminhos que forem possíveis naquele contexto. Então eu diria que, para mim, isso é cuidar do professor também, sair da lógica também da Síndrome de Burnout como algo inerente ao professor adoecido, porque ele está adoecendo, é fato. Por que ele está adoecendo? Há diversos condicionantes do próprio exercício da sua profissão que precisam ser cuidados, precisam ser discutidos, debatidos pelo psicólogo, precisam ser visibilizados para a sociedade, senão o foco fica no individual, diante dos problemas.

**lone Xavier:** Eu fico pensando nas questões que foram postas e da nossa responsabilidade como categoria de olhar para essas questões, para o futuro. Eu acho que a questão do uso computador, da internet está posta.

As novas gerações desde muito cedo já têm muita habilidade com os tablets, as crianças vêm vindo com um uso de tecnologia que a gente nem acompanha, eu digo a gente, da minha época. Então acho que é um desafio para vocês que estão se formando pensar como é que vão estudar esses comportamentos e as reações desses comportamentos também na área da educação. Eu trouxe uma realidade de 40 anos e que já mudou e entendo que daqui para frente muita coisa vai mudar nos próximos 40 anos, a gente só não pode perder essa preocupação que a colega traz, de cuidar de quem cuida. Essa é uma prerrogativa da psicologia, a gente viu essas questões de desastres que foram levantadas há pouco, a gente tem que pensar como cuidar dessas pessoas que ajudam na transformação da sociedade e principalmente ajudá-las a enfrentar preconceitos. Já foram citadas aqui algumas resoluções sobre questões de sexualidade, a pessoa com deficiência. Então essas são questões do humano que não mudam, não vão mudar, a minha experiência de 30 anos diz que não vão mudar, daqui a 30, 40 anos, teremos ainda pessoas preconceituosas, mas é um desafio para vocês que estão se formando pensarem em lidar com essas questões tornando as pessoas mais humanas possíveis. Acho que é isso.

**Marilene Proença:** Bom, acho que são três perguntas muito provocativas. Bom, com relação à avaliação psicológica eu vejo que o sistema Conselhos de Psicologia com as áreas que têm pensado avaliação psicológica avançaram muito no sentido de contextualizar o processo de avaliação psicológica e mostrar que a avaliação não é uma aplicação de uma escala, de um teste, mas é um processo muito mais amplo e complexo que a psicologia tem diversos instrumentos, mas que é fundamental que a gente explicita qual é a finalidade desse processo, porque é que nós estamos avaliando, em que direção, em que sentido, com que referencial teórico, onde nós queremos chegar com esse processo de avaliação. Toda essa discussão na área da avaliação psicológica começou no final da década de 1990, início de 2000, e nós temos uma resolução muito importante na psicologia que vai ampliar esse conceito de avaliação psicológica. Com isso, houve o ano temático da avaliação psicológica, que vai discutir a questão da avaliação psicológica e os direitos humanos, então ampliando mais ainda a compreensão desse processo de avaliação. E no âmbito da nossa área, da psicologia escolar e educacional, nós temos propostas interessantíssimas de repensar esse processo

de avaliação, levando em conta exatamente essa ideia do contexto que produz essa criança que não aprende, essa criança que não lê, não escreve. Quer dizer, há necessidade de percebermos que aquela demanda que chega ao psicólogo é uma demanda que vai precisar ser entendida, porque ela traz, por trás dela, um universo de situações que estão sendo vividas no contexto de escolarização dessa criança, então não dá para a gente pensar a criança em si, mas nós temos que pensar essa criança no seu processo de escolarização e, portanto, envolvendo todas essas dimensões que Mitsuko também mencionou na fala dela, a dimensão pedagógica, a dimensão institucional, das relações que se estabelecem, das políticas educacionais vigentes, como a gente produz diferenças nas políticas que são implantadas, os programas que são implementados nas escolas. Então, esse é um questionamento muito importante que a psicologia escolar e educacional tem feito, há muita literatura construída, muita discussão nesse campo. E nós estamos sendo atropelados de uns anos para cá por essa leitura simplificada do processo de escolarização que traduz, no comportamento da criança e na alfabetização somente dela, todo um quadro que é chamado de neurológico, de psiconeurológico. Então nós estamos restringindo novamente as nossas interpretações no momento em que a psicologia já tinha ampliado toda essa discussão e essa restrição vem muito forte das áreas médicas que, por sinal, desconhecem a escola. O médico não tem essa formação para estar na escola, para conhecer professores, conhecer a parte pedagógica, saber como a criança é alfabetizada, quais são os processos de escolarização que essa criança vive, não é a formação desse profissional, assim como não é a nossa formação dar remédios, fazer exames, verificar se as pessoas têm problemas no seu corpo, no seu funcionamento. Quer dizer, eu acho que está havendo assim um atropelamento das áreas, uma inserção de áreas que não têm conhecimento em outras áreas que já acumularam conhecimento muito importante. Então, eu acho que é o momento de a gente deixar mais claro isso nas nossas falas e nas nossas ações. Com relação à internet, às mídias, eu estive essa semana em uma banca de doutorado de um colega da Universidade Estadual de Maringá, que está produzindo uma tese sobre esse tema na juventude, e aí a gente estava discutindo isso, como a gente sabe pouquíssimo ainda sobre esse universo. A nossa psicologia, não sei se o professor Guillermo vai concordar, mas eu acho que nós vamos ter que revisar a nossa psicologia do desen-

volvimento, porque o que as crianças falam, o que as crianças pensam, o que as crianças dizem hoje com dois, três ou quatro anos não está previsto nos nossos livros de psicologia do desenvolvimento. Então é uma outra realidade que nós estamos vendo na nossa sociedade, é um outro processo de aprendizagem. Então nós vamos ter que rever as nossas teorias, as nossas explicações, a nossa maneira de interpretar esse desenvolvimento infantil que, hoje, ao verificar as diversidades que nós vemos, muitas vezes, em vez de nós entendermos essa diversidade, nós transformamos em patologia "Ele não está na idade de fazer isso ainda, então já está ali no quadro do espectro autista, no quadro de desenvolvimento de transtorno de déficit de atenção". Por quê? Porque nós temos hoje crianças que nós não entendemos mais como elas são e nós acabamos, por não entender como elas são, por tentar classificá-las nas caixinhas que nós temos, a gavetinha do transtorno tal, do transtorno tal e do transtorno tal, quer dizer, isso é muito simplista. Nós precisamos ouvir a criança, ver, observar, conversar, saber os interesses dela, o jovem é a mesma coisa, quando a gente vê esses atos de violência sendo produzidos na sociedade, como nós vimos nessa semana passada em Suzano, a gente precisa entender esses segmentos que nós não estamos entendendo. Então é um desafio enorme para a psicologia, enorme, eu não tenho resposta para sua pergunta, como alguém desta área. E, por último, formação de professores. A psicologia escolar educacional no momento em que ela muda esse objeto de estudo, sai dessa visão individualizada da compreensão do problema de escolarização para entender como se dá a produção desta criança que não aprende, que não está se beneficiando da escola, nós estamos necessariamente inserindo os professores nesse processo, porque quem faz esse trabalho é o professor, não somos nós, não somos nós que vamos assumir esse lugar, que vamos dizer: "Professor, faz isso que é melhor, faz aquilo que é melhor". Não, nós temos que pensar com ele que escola é essa que está sendo oferecida, quais são as dificuldades que estão sendo vividas nesse processo de escolarização, para que se busque superar essas dificuldades. Então, no momento em que a psicologia escolar educacional muda o seu foco, ela considera o professor sobre outras bases e vai propor uma série de trabalhos, de propostas muito interessantes. Fica aqui o desafio, quem sabe alguém queira fazer uma iniciação, uma especialização procurando levantar todos os textos que nós temos voltados para a formação de professores, nós

temos, sei lá, mais de 500 trabalhos que são voltados para a formação de professores nessa perspectiva. Mas nós realmente precisamos começar a sistematizar o nosso conhecimento, porque ele é um conhecimento ainda local, é uma experiência aqui, é outra ali, que são ótimas, importantes, precisam existir, mas nós já construímos o que a gente chama de uma massa crítica, quer dizer, a gente já tem um conjunto de trabalhos hoje no Brasil que merece esse lugar de reflexão para que esse conhecimento realmente possa ser sistematizado e se torne cada vez mais um instrumento para o nosso trabalho no campo da educação.

**Roseli Fernandes Lins Caldas:** Bem, muito obrigada a todos vocês por terem nos feito pensar, não é assim? Levantando questões, reflexões, coisas que a gente sai daqui intrigado, que eu acho que é isso que é preciso para começar a pensar ações, pensar soluções e resolução para todas essas problemáticas levantadas por vocês pelas perguntas e aqui pelos nossos palestrantes. Bem, agora nós vamos para o intervalo do almoço, mas antes eu queria dar só uma orientação. Nas salas 401, 402, 403 e 404, que vão funcionar aqueles quatro temas que nós temos, políticas públicas e educação, atuação do psicólogo, inclusão na educação e medicalização. É importante lembrar que quando a gente faz uma roda de debate não haverá uma aula, será um tempo de conversa, de discussão, de troca de experiências, considerando que alguém vai fazer um relato disso, uma síntese, que isso nos é encaminhado para levarmos daqui propostas, questões que podem ser levantadas por cada um de nós e levando alternativas de soluções para tantas questões que nós temos levantado.

**Maria Rozinete Gonçalves:** Eu queria só aproveitar a oportunidade para dizer um pouquinho, talvez até a partir do que foi falado sobre o fazer do psicólogo escolar e educacional, como ele faz, trabalha, e dizer um pouco do Conselho Regional de Psicologia, que a gente está bem próximo, os nossos pontos de atuação são com a sociedade. Então no geral como a gente conta para a sociedade sobre o papel do psicólogo escolar educacional, temos feito isso, diversos posts, diversas formas de comunicação. A gente também tem feito participações ou intervenções no campo legislativo, então esses projetos de leis que a Marilene falou, o Conselho sempre está junto, o assunto diretamente é educação, mas às vezes não, às vezes é dos professores, fomos em audiência pública que era defesa dos professores. Então aí é cuidar do



professor um pouco no que você falou também. E outros espaços propositivos de legislatura, espaços de controle social, Fórum Municipal de Educação, Fórum Estadual de Educação, lá a gente está entendendo quais as demandas da educação. Então, eu acho que é um pouco na linha do que a Marilene falou, o psiquiatra está entendendo tanto assim da escola? Ele pode dizer: "Bom, mas eu não preciso, eu tenho outra ciência". Não há nenhum problema disso, desde que haja um trabalho integrado entre as diversas ciências, o que possibilita ampliação na compreensão dos fenômenos. Nos fóruns estaduais de educação, fórum municipais de educação, que são os órgãos de controle social, Conselhos municipais de educação, estaduais, o Conselho está junto. Sempre que fazemos eventos para a educação, a gente chama os educadores para compor, para trazer a sua perspectiva de trabalho e de presença ali. Fizemos também rodas de conversas entre saúde, educação e assistência para cuidar da queixa escolar, indo nos CAPS, nos equipamentos dos CRAS, chamando os atores que compõem para pensar a queixa escolar, como ela circula, como ela é encaminhada e como ela pode ser pensada a partir da ciência da psicologia. E, enfim, fizemos também rodas com os próprios estudantes, principalmente na época das ocupações estudantis lá dentro dos Conselhos, os trouxemos para entendermos o que eles estavam falando, para amparar melhor nas nossas ações, mas também para que eles pudessem compreender como a psicologia está junto e não está cada um nos seus espaços pensando de forma segmentada e fragmentada, a gente está junto. Só queria complementar isso. Obrigada.

**Lilian Suzuki:** Muito obrigada a todos vocês. Nós vamos ouvir então, as propostas que saíram dos grupos de discussão.

**Participante:** Boa tarde. O meu grupo temático era o de políticas públicas e psicologia. Depois da discussão, o grupo sugeriu duas propostas para que nós encaminhemos a conversa sobre políticas públicas na psicologia. A primeira proposta é inclusão dos educadores nos nossos encontros e nas nossas conversas, assim como a inclusão dos psicólogos nos encontros de educação por parte da pedagogia, enfim, para que sejam estreitados esses laços e que seja ampliado o diálogo entre ambas as partes. E a segunda proposta é a conscientização e a mobilização dos estudantes de psicologia sobre a questão das políticas públicas e a importância do papel e da participação do psicólogo na formação das políticas públicas. Então

ter um contato anterior com esse assunto e se envolver nessa discussão desde os primeiros anos de formação foi considerado pelo grupo um papel importante da psicologia nas políticas públicas.

**Rosangela Villar:** Boa tarde. O meu grupo era o que fazia a discussão sobre a questão da medicalização. Bom, em função do tema, foi feita uma discussão bastante ampla e a gente teve muita dificuldade em tirar propostas, porque eram muitas, aí a gente conseguiu apontar quatro como sendo necessárias. Trabalhar o olhar humano de uma forma integral, intersetorial, sistêmica e desrotulante, despatologizante, desmedicalizante, seria uma coisa que a gente precisaria estar fazendo. E aí, ligado a isso, a importância da formação não só do psicólogo, mas das diferentes profissões, porque se a gente pensa que está trabalhando em um coletivo das linhas de cuidado, então a gente precisa pensar na formação de todos os profissionais para esse olhar dessa forma que foi abordada aqui. Aumentar a criticidade da sociedade aos reais interesses que estão por trás das políticas públicas, que a gente colocou tudo, quer a gente goste delas ou não, todas elas são da instituição. Então, assim, o que é que está por trás disso? Que a gente tenha mais criticidade. E uma maior publicização, sabendo também que é difícil porque a mídia vende o que ela quer vender, o que interessa para ela, mas uma maior divulgação desse olhar despatologizante e desmedicalizante, porque ainda muita gente não sabe o que é isso e por isso se deixa ser cuidada de uma forma bem pouco singular.

**João:** Nosso grupo foi sobre a inclusão na educação. E a gente decidiu que os pais, com o corpo docente, devem usar mais métodos práticos, inclusão de pessoas com deficiências na "sociedade escolar", optar por profissionais da psicologia para a compreensão das pessoas daquela instituição e respeitar o tempo das pessoas com deficiência, pois todos nós temos tempos diferentes um do outro. E que toda a sociedade escolar deve se adaptar aos alunos que necessitam de atendimento especial para que eles possam entrar nesse meio social e devem trabalhar com métodos diferentes que interagem com seus alunos para que todos possam se ajudar. Além disso, o Estado deve oferecer maior flexibilidade para que a escola lide com a pessoa com deficiência e suas especificidades.

**Participante:** Boa tarde. O nosso grupo foi a atuação do psicólogo na escola. Foi muito boa a discussão, foi muito rica e a nossa proposta aqui

bate com o que a colega trouxe também sobre políticas públicas, que seria o estreitamento de relações e conhecimento, que haja maior interlocução entre as áreas da psicologia e educação. Criação de novos espaços e de mais espaços para que se possa compartilhar as práticas que vêm sendo realizadas dentro das escolas. E uma ressalva, muito bem lembrada pela professora Roseli, que é a valorização do NAAPA, que a gente discutiu bastante dentro do nosso grupo e o quanto esse projeto é importante, principalmente, para nós da cidade de São Paulo. O NAAPA tem sido um dos poucos projetos que tem feito alguma coisa de fato relevante dentro da escola. Então foram essas as propostas.

**Lilian Suzuki:** Muito obrigada. Acho que nós tivemos uma boa experiência e temos tido boas experiências nos grupos de discussão, nas rodas de discussão, nas rodas de conversa. E um pedido que vem acontecendo é que vocês, cada vez mais, enquanto ouvintes, enquanto participantes tenham voz. E aí a gente tem pensado nesse formato e o primeiro convite que a gente tem para vocês é que nós teremos o XIV Congresso Nacional de Psicologia Escolar – CONPE, vai acontecer em Campo Grande – Mato Grosso, de 28 a 31 de agosto de 2019. Então, é um convite para vocês participarem enviando trabalhos, painéis, pois este também é um lugar de voz. No dia 11 de maio haverá uma amostra de práticas da psicologia, que é um espaço destinado a compartilharmos nossas práticas em todos os campos, pensando em criança, adolescente, justiça, mas também e, principalmente, da educação, nós estaremos lá para falar desse campo da educação. Acho que as inscrições abrem a partir do dia 30, inscrições de trabalho a partir do dia 30, está bom? A gente vai agora então para um outro momento, finalizando o nosso encontro de hoje quero agradecer desde já, Guillermo, muito obrigado pela sua presença, está bom? Estou entregando você para a Rô.

**Rosângela Villar:** Para encerrarmos o nosso dia que foi tão gostoso, com tantas coisas para a gente conversar, pensar e depois levar para a casa para poder mastigar, digerir e pensar em possibilidades de produzir mudanças, teremos uma conferência da psicologia histórico-cultural e para isso eu vou apresentar o Guillermo de La Paz Arias Beatón, psicólogo, doutor em pedagogia, master em psicodrama e processos grupais, professor titular e presidente de cátedra de Vygotski, da Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana, professor colaborador do SEDEP Brasil. Vamos ouvi-lo.

**Guillermo de la Paz Arias Beatón:** Bom, o problema é que eu não falo bem português e não tenho coragem de falá-lo, mas eu vou fazer uma leitura devagarzinho.

Vou tentar, se vocês me permitem, falar um portunhol. Vou cometer muitos erros, mas acredito que o que trarei contribuirá para uma melhor compreensão. E eu estou aqui durante todo o dia, não gosto, não gosto de fazer nenhuma palestra se não conheço o que se está falando e os problemas que acontecem. Há mais problemas também em Cuba. Esse é o problema, que não há solução à venda em nenhum shopping, em nenhuma loja que venda soluções para os problemas, essa é a dificuldade. Então, como os organizadores me pediram para falar a partir do enfoque histórico-cultural, eu vou falar de como nós utilizamos o enfoque histórico-cultural para melhorar, não aperfeiçoar completamente, senão melhorar a educação cubana, porque a educação cubana é boa, é uma referência mundial, mas ainda não é tão boa como poderia ser. Por quê? Porque há problemas, há problemas econômicos, há problemas de bloqueio, há problemas de crises que produzem esses bloqueios que o Brasil não conhece, não conhece esse bloqueio, muitos poucos países no mundo conhecem isso. Eu tenho 71 anos e comecei a viver em bloqueio quando tinha 12 anos. Há mais de 50 anos que eu vivo em bloqueio, não sabem o que eu vivi em um país bloqueado economicamente, isso dá muitos problemas, mas nós logramos, nós conseguimos na década de 1970 e de 1980 aperfeiçoar, melhorar a educação cubana. É sobre isso que vou falar e de algumas coisas a mais que estão relacionadas com o que falou aqui Marcos, Mimi, Marilene, Roseli, Rozi e todos que me antecederam. Eu acredito que tenha sido um evento muito bom. Eu conheço os problemas do Brasil, hoje eu vi uma integração de problemas que me fez pensar em coisas que podemos quicá fazer. Antes de falar, quero agradecer a professora Roseli, a Lilian, a Rozi e a todos quantos têm contribuído convidando minha pessoa para estar aqui com vocês e compartilhar algumas de nossas ideias. Como colega estrangeiro não me compete fazer um discurso sobre os problemas internos e atuais que acontecem no Brasil. E acredito que o povo brasileiro tem força suficiente para lutar e contribuir para resolver esses problemas. O mais que eu posso falar é que vocês podem contar comigo sempre para ajudá-los nessa honrosa missão, ou seja, bus-

car alternativas para resolver os problemas da educação que há no Brasil. Estimados colegas e amigos, é um enorme prazer e uma honra para mim ter essa oportunidade, primeiro porque me permite ter uma troca de ideias e sonhos com vocês e, segundo, porque posso falar da teoria, do enfoque histórico-cultural que se constituiu, para mim, em um referente e excepcional em minha formação como psicólogo na década de 1960 e mais tarde no ano 1991 nas fontes teóricas e metodológicas das propostas que realizei desde a psicologia para contribuir para melhorar a educação cubana, que com o tempo se constituiu em uma referência mundial.

Este trabalho gigantesco realizado por centros de pedagogos, psicólogos, especialistas de disciplinas, maestros e professores, não diretores de orquestras, maestros de aula, médicos, linguistas, funcionários e políticos, se constitui em um dos exemplos de quanto se pode fazer no mundo para organizar a educação que o ser humano necessita e merece. Ela demonstrou, com o tempo, que se pode eliminar o fracasso escolar. O fracasso escolar de Cuba é de 2%, 3% das crianças que ingressam no primeiro grau, e essa porcentagem não é de pessoas analfabetas. As pessoas têm entre a sétima e oitava série de escolaridade. Não se pode afirmar, não obstante as conquistas alcançadas, que o processo tenha sido perfeito, muitos inconvenientes e problemas que são produzidos por 50 anos, não obstante, onde se mantêm as condições essenciais que permitem que sigam cumprindo de forma satisfatória e com qualidade o trabalho educacional. A teoria histórico-cultural se introduz mais plena e integralmente na educação inicial e pré-escolar, ou seja, na educação infantil, na educação especial e, em parte, na educação primária ou fundamental. Ou seja, nós incluímos a teoria histórico-cultural em todo o sistema educacional. Alguns pressupostos foram também introduzidos na educação superior, ou seja, nas universidades. Essa teoria e enfoque têm, no nosso caso, uma especificidade e me refiro a algo que, desde o fim da década de 1990, não deixo de apontar em meus escritos e conferências, me refiro ao desenvolvimento das ideias pedagógicas em Cuba, desde o fim do século XVIII e parte do século XIX. Muitas de suas consecuições e projeções se constituem em um referencial teórico e prático análogo, muito parecido ao que encontramos um ciclo depois de uma maneira mais elaborada cientificamente em

um enfoque histórico-cultural. Também posso assinalar que a partir desses estudos e análises realizados, que os resultados obtidos demonstram que não existe no mundo uma educação de mais qualidade para todos, não é devido às ideias e às aplicações pedagógicas e psicológicas que não se permite organizar vários sistemas educacionais que eliminem ao máximo possível o fracasso escolar e a reprodução de analfabetismo. Vocês compreendem essa ideia? Ou seja, a pedagogia e a psicologia estão dotadas, apesar dos erros e da insuficiência de conhecimento necessário para ser sistemas educacionais muito mais eficientes do que existem no mundo. Estou convencido de que essa falta de qualidade na educação é um produto de problemas políticos e ideológicos e uma das razões de estarmos vivendo tantos desassossegos.

Desassossegos e infortúnios nas sociedades modernas, ou seja, o problema é um problema político, não é, para mim, um problema científico e nem profissional. Em nosso caso, se pode afirmar que a teoria do enfoque histórico-cultural pode ser uma coincidência de critérios e pontos de vista em diferentes aspectos do trabalho educativo, pedagógico e psicológico com o pensamento pedagógico e educativo cubano do século XIX. Ou seja, não são aplicados pensamentos de ciclo de ensino. O enfoque histórico-cultural nos permitiu fazer o melhor, só isso. Há outras hipóteses que estou confirmando em estudos atuais, com o pensamento educacional pedagógico e psicológico mais avançado, que se produz na América Latina e no Caribe e que deveria ser projeto de estudo da psicologia em todo o nosso continente. A professora Mitsuko falou sobre isso também e ela concorda com essa ideia que eu estou propondo. Por que insisto nisso? Porque creio que tenhamos que reconstruir a nossa história, um povo, um continente sem história tem dificuldade para encontrar soluções. As soluções se conseguem olhando para o passado com os olhos do presente ou com as dificuldades do presente, e baseados no passado encontramos muitas soluções. Ademais, temos que demonstrar que não somos órfãos, que nós hoje somos um produto de nossos pais do passado, que temos pais e história. Se não a estudamos, se não a conhecemos, não vamos encontrar soluções. Hoje, a professora Mitsuko perguntou quem conhecia aqui na plateia o Manuel Bonfim, ninguém, não vi nenhuma mão levantar. Bom, nesse sentido eu posso utilizar bi-

biografia necessária para fazer o estudo, por exemplo, já conto com grande parte da obra de Manoel Bonfim, prestigioso psicólogo e educador brasileiro que parece coincidir com muitas das ideias dos pensadores cubanos do século XIX, ele é mais novo, mas as ideias de Bonfim são similares, análogas às ideias dos pensadores cubanos do século XIX. Porém, ainda mais, algumas são muito parecidas com as concepções científicas da teoria histórico-cultural. Bonfim é uma referência brasileira para encontrar soluções aos problemas da América Latina. Só espero ter o tempo necessário e a vida necessária para fazer esse importante projeto que reforçará as bases da educação, da pedagogia e da psicologia latino-americana de avançar, inclusive com os trabalhos de Simon Rodriguez. Sabem quem é Simon Rodriguez? Foi professor de Simon Bolívar, na Venezuela. Tinha também um pensamento pedagógico muito avançado. E vários educadores e pensadores mexicanos também têm grandes contribuições. A teoria do enfoque histórico-cultural é uma teoria que trabalha e produz uma explicação científica da natureza social, cultural e histórica, esse é o seu grande valor. Traz explicações das suas gênesis, ou seja, de como evoluem e se constituem desde as etapas iniciais desse desenvolvimento até os conteúdos mais complexos, tais como as funções dos processos mentais superiores que compreendem o processo afetivo e cognitivo e a formação da consciência, autoconsciência e o conceito do mundo, o domínio da própria conduta e a personalidade que lhe integra. Nós, cubanos, gostamos também de dizer que é um enfoque, não só uma teoria, explicarei melhor isso hoje. É um enfoque porque parte de uma concepção ontológica e epistemológica completamente diferente do resto das psicologias e pedagogias tradicionais, apartando-se definitivamente da ideia de que o ser humano seja, em sua essência, um ser eminentemente biológico que se desenvolve como o resto dos seres vivos anteriores a ele. Eu acredito que grande parte dos problemas que temos falado hoje, por exemplo, a medicalização, a falta de cumprimento com a inclusão e o trabalho com a criança com problemas de déficit biológico e todo isso que discutimos hoje se deve ao fato de que nós ainda não temos abandonado a explicação biologicista do desenvolvimento do ser humano. Se insiste e destaco nesse enfoque que, desde o nascimento, o bebê é um ser humano de natureza social, porque nasce em um contexto social e cultural que é histórico,

em que a função dos demais, os outros, é contribuir por meio de um trabalho educativo que busque transformar aquele bebê em um pleno humano e integrar o ser social humano, independente, autônomo, coletivista, criador e produtor capaz de produzir critérios acerca do contexto em que vive, se forma e se desenvolve. Essa é a razão do enfoque histórico-cultural, esse é o princípio fundamental do enfoque histórico-cultural, que facilmente se transmite para qualquer professor. O que o professor tem que fazer? A mãe e o pai na família, o que têm que fazer é isso, não só cuidar do filho. Consequentemente, os objetivos das aplicações científicas da teoria acerca da gênese de desenvolvimento se concretizam por meio da educação que recebe o recém-nascido na família e, em seguida, nos centros educacionais ou nas escolas. A família nunca pode se separar desse processo educativo, dado que ela é a célula viva e fundamental da sociedade, através da qual a criança se apropria dos conteúdos essenciais da cultura como ser humano. Para o enfoque histórico-cultural, isso é essencial. A escola não é a única instituição da sociedade que educa, a família é a primeira instituição social que contribui para o desenvolvimento da criança. O que se sucede é que a sociedade tem que prepará-la também, a sociedade tem que garantir que a família tenha as condições materiais e espirituais necessárias para que possa fazer essa função e, muitas vezes, isso não ocorre. A sociedade é o conjunto e outro contexto que, de forma integral, indireta ou direta, influi constantemente na formação e desenvolvimento desse ser humano por meio da televisão, rádio, cinema, os centros culturais desportivos de recreação, as atividades sociais em geral e a dinâmica da comunidade em que vive o sujeito. Tem que perguntar se a sociedade brasileira está organizada para isso. Diria sem medo de equivocar-me que por essas características gerais do enfoque histórico-cultural, esta é a melhor psicologia que existe até hoje e que pode servir de base ao trabalho educativo que as novas gerações necessitam. Não descarto a importância de assumir alguns dos aportes de outra teoria pedagógica e psicológica que, mediante estudos críticos e de sistematização, se pode incluir, desde que reforcem os fundamentos e princípios da teoria e o enfoque histórico-cultural. A escolanovista poderia reforçar então, por exemplo, que o sujeito que aprende, como diz o enfoque histórico-cultural, tem que ter um papel ativo no processo de aprendizagem, mas

não conseguiu da maneira em que a escolanova projetou a aprendizagem para a elite e não para crianças com necessidades sociais. Essa é a crítica que digo que tenho que fazer, a crítica dialética como dizia hoje a professora Mitsuko (Mimi). Não obstante essa peculiaridade geral, é muito importante falar sobre algumas das características específicas desse enfoque que creio que atendem de modo excepcional a uma relação psicologia e educação como a que sonhamos, para que possamos trabalhar mais conscientemente e decididamente na aplicação das gênese de desenvolvimento psíquico humano e o papel da educação. Dessa maneira, a primeira característica que desejo assinalar é que o enfoque histórico-cultural e o método que lhe serve de base, o materialismo dialético e histórico, é uma síntese crítica do melhor da cultura humana no campo da educação, a pedagogia e a psicologia encarnam dessa maneira o melhor do pensamento da ideia grega. A ideia grega, não sei se vocês conhecem, foi o primeiro sistema educacional da história que falou da formação integral do sujeito e vinculou conhecimento, esporte, cultura, arte e trabalho. Mas qual é o seu grande defeito? Seu grande defeito é que só o concedeu para a elite. O povo grego e os escravos não tinham direito a essa educação. Mas aí está o conteúdo essencial que retoma o enfoque histórico-cultural, ou seja, que a educação do sujeito tem que ser integral. Também é coerente com o pensamento de Montessori e Piaget, entre muitos outros. De uma maneira não declarada, não assumida e não explícita também para as antigas civilizações, a educação, quando é integral para todos, produz desenvolvimento e uma formação muito melhor, o que se explica porque se estabelece desde então uma educação diferente para as pessoas que ostentam o poder hegemônico e outra para os grupos subordinados e que servem de mão de obra e força de trabalho para manter os grupos privilegiados. Esse estado de diferenças, desigualdades se repete na sociedade feudal e também hoje em dia de maneira muito mais velada e oculta, não obstante as letras e as discussões dos documentos legais e jurídicos que dizem o contrário, porque as constituições dizem que todos temos direito à educação, porém, cabe perguntar, direito à qual educação? A diferente. Sem dúvida, por trás desse fato histórico há uma grande verdade, clara e definitiva de que a educação verdadeira há de produzir desenvolvimento com os novos conteúdos e aprendizagens a novas formações. Sem-

pre se acredita nisso explícita ou implicitamente por parte dos pensadores progressistas do século XIX ou de Bonfim na década de 1920. Para a psicologia e a pedagogia de todos os tempos essa aplicação é uma das mais importantes e que compreende toda a concepção antológica, humanista e otimista que se há para proteger pessoas, grupos e gerações na história de injustiça social da sociedade humana. Correspondendo à teoria e ao enfoque mencionado, a educação só é válida, quando promove novos e melhores desenvolvimentos psíquicos e humanos. Essa aplicação, como já dizemos, é que esse desenvolvimento não é uma segregação dos órgãos e mecanismos biológicos, como errônea reducionista e ideologicamente fundamentam as epistemológicas positivistas e pragmáticas, legitimando e dando lugar às psicologias tradicionais que existem até hoje. É por isso que um pedagogo e filósofo italiano disse da teoria histórico-cultural o seguinte: a humanização da pedagogia, sua liberação do cativo biológico para converter-se em humana e histórica. Como consequências dessas características mencionadas, essa teoria se opõe à fragmentação, ao reducionismo e à simplificação mecânica do funcionamento psíquico humano. Parte da complexidade e da dialética de um processo dinâmico e integral da função no sistema psicológico interno que se vai formando e desenvolvendo no curso da vida real do sujeito, em que o biológico se constitui em uma das suas determinantes, porém não é o único nem o mais importante, devido às questões sociais e aos conteúdos e meios culturais que são históricos e que afetam os conteúdos da educação que, definitivamente, em uma unidade funcional indivisível com o biológico e o psicológico se vai constituindo e se produzindo esse desenvolvimento e formação. Isso que estou dizendo é de uma maneira muito sintética, o que todos os educadores têm que conhecer, conhecer em detalhes, profundamente, porque o professor é o educador que tem que conseguir isso com o estudante. Se o professor não domina isso, vai ser muito difícil resolver o problema do fracasso escolar, resolver o problema de que todas as crianças aprendam, e resolver o problema da medicalização. Posso parecer cruel dizendo isso. A medicalização é um oportunismo do mercado, é uma crueldade do mercado porque sabem que as escolas não podem fazer isso que estou falando. Isso é cruel, isso para mim é um crime contra a humanidade. É importante a presente análise, dadas as diferenças

que o materialismo dialético e histórico assinala que existem entre as interações, entre os seres vivos anteriores ao ser humano, incluindo os mais desenvolvidos e o das relações sociais, específicas dos seres humanos. Isso que vou falar é algo extremamente importante. Aqui no Brasil se disse que Vigotski é interacionista como o são Piaget ou Wallon. Isso é um erro, pois se diz que o ser humano interage, o ser humano não interage, o ser humano se inter-relaciona, há uma inter-relação com os outros. Os seres anteriores ao ser humano são os que interagem, por quê? Porque os seres vivos sempre interagem da mesma maneira, não há nenhuma abelha que produz mel diferente da outra abelha, apesar de que as abelhas trabalham, segundo se dizem, em coletividade. Há milhões de anos que as abelhas produzem mel da mesma maneira, isso se deve porque as abelhas interagem, não se inter-relacionam socialmente. Somente a inter-relação social é que produz mudanças nas pessoas que interagem, que produzem transformações nas pessoas que estabelecem essas relações. Porém, nós temos os produtos da cultura, porque ao longo dos ciclos, de milênios, as relações sociais têm convertido um sujeito em outra coisa, pois há produção cultural. As abelhas interagem de uma maneira instintiva, biológica, só, e os seres humanos, nós, nos inter-relacionamos de uma maneira social e cultural, trocamos produtos. Aqui eu estou fazendo trocas com você, e todos os dias trocamos uns com os outros e produzimos transformações uns nos outros. Hoje, agora, eu sou um indivíduo diferente de como eu entrei essa manhã cedo aqui, eu tenho já outros produtos, outras ideias, outros processos, fruto do que ouvi e pensei aqui. Este é um aspecto essencial do enfoque histórico-cultural, por isso o enfoque histórico-cultural fala da lei da gênese fundamental de desenvolvimento, toda função psíquica superior, todo o desenvolvimento psíquico se desenvolve em mim na medida em que eu, desde cedo, me inter-relaciono com os outros, os outros me transmitem os conteúdos da cultura e eu me aproprio deles. Essa é a lei fundamental de desenvolvimento do enfoque histórico-cultural. Essa lei ou esse conteúdo está atravessado pelas características espirituais, subjetivas, emocionais que nós temos e, portanto, todo o processo de relações interpessoais, toda atividade e toda comunicação, como essa que estamos fazendo, produzem em nós vivências, que são produzidas por nossos estados emocionais e nossos conhecimentos anteriores.

Essa experiência eu estou vivendo hoje, eu a vivencio, de uma maneira ou de outra, ruim ou produtivamente, se essa experiência se relaciona com as minhas experiências anteriores, eu dou um sentido a essa experiência. E na medida em que eu dou um sentido produtivo a essa experiência, eu me aproprio dos conteúdos dessa experiência. Se essa experiência é ruim, como sucede com as crianças que não aprendem, a criança atribui um sentido à escola, ao ensino e ao conhecimento, ruim. Porém, Flávia Asbah, em sua tese sobre a formação de sentido na criança, encontrou que a criança no Brasil fala que as escolas são cadeias, o que é ruim, porque eles não se sentem queridos nelas. O que estão expressando? Suas vivências. Como são essas vivências? Ruins, desastrosas. Por quê? Porque as experiências que vivem não contribuem para que aquelas crianças aprendam bem e se não aprendem bem não se desenvolvem bem. Esse processo explica a teoria histórico-cultural, mas os intérpretes estadunidenses e brasileiros carecerem dessa análise e dessa interpretação, porque a interpretação dos norte-americanos que só ficaram na lei da gênese fundamental, ou seja, que a linguagem tem um papel essencial para o enfoque histórico-cultural, o que é verdade. Outro ponto é sobre a lei de mediação, que tudo está mediado, mas o que está no fundo da lei da mediação, do papel da linguagem e da gênese fundamental do desenvolvimento, é a lei da situação social de desenvolvimento, cuja base central disso é a vivência e a atribuição de sentido. Por quê? Porque a lei da situação social de desenvolvimento é, para o enfoque histórico-cultural, a maneira em que o sujeito se apropria da experiência social e dos conteúdos culturais. Se eu não crio um meio social agradável, emocionalmente positivo para o sujeito, eu não estou contribuindo para que aquele sujeito aprenda bem. E esse é o problema, ao meu ver, essencial, da qualidade da educação em uma escola, em uma família ou em qualquer lugar, e por isso estou insistindo nessa aplicação. Me pediram para explicar o que é o enfoque histórico-cultural e isso para mim é o enfoque histórico-cultural em toda a sua expressão. Se os professores, se os educadores tiverem a clareza sobre isto, será possível mudar a educação, mudar o trabalho da escola e a criança vai poder aprender melhor. E então vai seguir existindo a necessidade de fazer um trabalho psicológico individualizado, porque sempre falta isso, sempre é a criança que vai estar mais lerda que outra, se pode se ler assim,

lenta, lentificadas, isso já tem sido dito por Vigotski: “Todas as crianças podem aprender, todas”. Mesmo os atrasados mentais podem aprender a ler e a escrever. Os surdos e cegos chegam às universidades, demonstrados isso também, os autistas podem ser bibliotecários de nível superior. E só temos demonstrado isso aplicando o enfoque histórico-cultural, porque a criança com déficit biológico também pode conseguir desenvolvimento e essa seria a melhor inclusão. Há que ensinar as pessoas com déficit para obter a real inclusão escolar e social, senão não tem jeito. Para aquela que aprende com mais lentidão é o professor que tem que dar melhores condições e mais ajuda para solucionar o problema. Eu não falo o mesmo que disse Piaget, por isso eu o contesto, as crianças não aprendem sozinhas, mas as ajudas do educador têm que garantir, segundo Vigotski, que a criança chegue à solução dos problemas. O educador sempre está aguardando e ajudando quando é preciso, mas um ensino baseado só na demonstração amarra a criança e evita que a criança aprenda de maneira ativa, porque os autores do enfoque histórico-cultural, a criança para aprender tem que fazer, tem que trabalhar, porque se não trabalha, não faz, se a criança não faz, se a criança autonomamente não chega a ter a independência para encontrar a solução de um problema, ela não desenvolve todo o seu potencial. Essa é uma síntese do meu pensamento. Poderei disponibilizar o texto completo para a leitura de todos vocês. Para mim, essa é a leitura integral do enfoque histórico-cultural, me falta tempo para explicar melhor os problemas biológicos, como o biológico também é de natureza cultural, porque o biológico se vai desenvolvendo também na medida em que o sujeito vai aprendendo e vai se desenvolvendo psicologicamente. A explicação para o ser humano é que a neurofisiologia funciona porque no ser humano existe a disposição de fazer, e é o que o sujeito faz, o que a neurofisiologia do cérebro elabora, lê e contribui então a formar as conexões temporais das células e todas as transformações que se produzem em nível das células nervosas, pois as células nervosas não podem produzir o psíquico se não chega a elas o conteúdo da cultura, o conteúdo do ensino. Recomendo assistirem a O Enigma de Kaspar Hauser. E depois me digam se é que o cérebro produz a linguagem, se é que o cérebro que produz o andar de pé. Kaspar Hauser é um enigma de um menino que, com 17 anos, em momento nenhum teve contato com a cultura e com o

cérebro humano e não desenvolveu a postura ereta, não podia caminhar em dois pés, não falava. E depois, em cinco anos, conseguiu, por quê? Porque aos 17 anos, uma comunidade o adotou e lhe ensinou. Então se o cérebro é que produz linguagem, porque não falou? Se é o cérebro que produz o movimento humano, porque não caminhou? Porque falou o essencial, faltou o humano, faltaram as relações sociais, faltou o outro para ajudar a caminhar, faltou o outro que lhe colocasse o modelo da linguagem. Então, o biológico funciona assim, não sei se consegui em uma síntese muito grande explicar esse complexo problema. Nesse momento, a professora Marta e eu estamos dando pela primeira vez no Brasil e possivelmente na América Latina essa explicação a partir de dois teóricos essenciais do ciclo passado, que lamentavelmente, a neurociência de hoje tem calado e guardado muito fortemente no armário. Está guardado, esquecido, enfiado no armário e nós não conhecemos, porém Marta e eu estamos dedicados agora a ver como publicarmos em espanhol algumas dessas ideias, para quê? Para que os professores tenham essa ferramenta, tenham esse instrumento e possam fazer um trabalho educativo de maior qualidade. Bom, esse é o enfoque histórico-cultural. Desejo que seja uma base orientadora para que vocês possam continuar estudando esse complexo e difícil problema, tema ou teoria, mas não é impossível de conhecer e, sobretudo, de aplicar, por isso que na década de 1970, quando eu apenas tinha 25 anos, e conhecia muito pouco da teoria histórico-cultural, me esforcei por conhecê-la para poder contribuir para a educação cubana como é hoje, uma referência mundial pela qualidade que tem. Eu estimulo vocês a trabalharem nesse sentido, porque honestamente eu não posso dizer que haja outra forma de poder encontrar soluções para os difíceis, complexos e graves problemas que tem a educação do mundo. Muito obrigado e espero não haver decepcionado.

**Rosangela Villar:** Eu agradeço o Guilherme, porque não era eu quem ia coordenar, está aqui com você nesta mesa, mas para mim foi um presente. Eu venho estudando Vigotski há muito tempo, mas você aclarou uma série de coisas que estavam mal compreendidas para mim, você me deu material para estudar. Quero ler esse texto para poder trabalhar. Então, agradeço e sinto ter que te interromper, porque sei que você teria muita coisa para dar. Gente, a gente tem alguns minutinhos para três perguntas.

**Participante:** Professor, quando os autores russos pensaram e propuseram a psicologia histórico-cultural, a intenção não era que a psicologia histórico-cultural fosse mais uma psicologia, mas sim que ela fosse uma psicologia geral, por isso que eles chamavam de psicologia concreta, psicologia do homem concreto. Eu não sei como é o estudo da psicologia histórico-cultural nos outros países, mas aqui no Brasil ela foi mais apropriada pelos educadores do que pelos psicólogos, então a gente tem uma quantidade muito maior de professores e de educadores estudando e pesquisando a teoria histórico-cultural, porque eles apresentam até uma certa resistência em falar psicologia histórico-cultural, eles chamam de teoria. E eu tenho duas perguntas, a primeira é: Por que é que o senhor acha que no Brasil a psicologia histórico-cultural foi mais apropriada pela educação do que pela própria psicologia? E a segunda pergunta: Quais desafios a psicologia histórico-cultural enfrentou e ainda enfrenta para se consolidar como uma psicologia concreta? Por que ela ainda não é, mesmo tendo se passado quase um século, a gente avançou muito, mas não no sentido de uma psicologia geral. É isso, obrigado.

**Guillermo de la Paz Arias Beatón:** Você fez duas perguntas que precisam de um curso. Você tem estudado o enfoque histórico-cultural? Gosta dele? Meu abraço para você. Sem dúvida que suas perguntas estão no centro do problema que hoje vive o enfoque histórico-cultural. Eu não sei por que no Brasil isso ocorre, não creio que seja a explicação, mas é a minha opinião. Em primeiro lugar, creio que o problema do Brasil com o enfoque histórico-cultural e dos psicólogos no Brasil com o enfoque histórico-cultural é que no Brasil estão muito arraigadas as psicologias tradicionais. No Brasil há um pensamento muito positivista, muito positivista e o biologicismo, por isso eu comecei falando do biologicismo. Compreender o psiquismo como um produto biológico, isso é o que se repete nas psicologias tradicionais. Então, no Brasil, não pode haver uma intencionalidade para apropriar-se de uma teoria psicológica que o primeiro que faz é negar o biologicismo. Me entende? Ou seja, são duas epistemologias completamente diferentes, são duas formas de pensar completamente diferentes. No Brasil, a pobreza se identifica com o biologicismo, os pobres têm os mesmos problemas que têm os que têm defeito biológico, imagine isso. A pobreza não é um problema biológico, é um problema social, e no Brasil se atribui a

pobreza a biologicismo, ou seja, a déficit biológico. É muito difícil poder dizer, porque os psicólogos no Brasil têm dificuldade de se apropriar do enfoque histórico-cultural. Talvez porque a pedagogia, o pedagogo é que sofre mais o problema, os professores sofrem mais o problema, querendo ou não, sempre estão buscando alguma solução para realizar o melhor trabalho com a criança. E então se encontra até onde podem com o enfoque histórico-cultural uma resposta a seu problema, mas não é fácil. Por quê? Porque o enfoque histórico-cultural não está acabado, lamentavelmente não está acabado. Vigotski morreu cedo, e, infelizmente, não pode revisar seu trabalho, não pode publicar seus trabalhos mais importantes, ficaram em um quarto frio na sua biblioteca, bloqueado pelo stalinismo, e logo seus colaboradores distribuíram o conteúdo da teoria histórico-cultural e se puseram cada um deles a trabalhar e depois não o integraram de novo. Fragmentaram a obra e uma psicologia geral não se pode fazer fragmentando o conhecimento, a psicologia tem que fazer integrando, não é verdade? Integrando o conhecimento, por isso não se tornou uma psicologia geral. Mas há alguma coisa a mais sobre isso, os estadunidenses, ingleses, franceses, dinamarqueses, finlandeses que pretenderam divulgar o enfoque histórico-cultural, passaram a pragmatizá-lo, fragmentá-lo ainda mais. Então é uma teoria que está em decomposição, porém nós, cubanos, insistimos na sistematização, de novo, de todo o material produzido no enfoque histórico-cultural. Se queremos algum dia resolver isso que você está dizendo há que sistematizar tudo o que está feito e fazer algo como eu tenho tentado fazer hoje, uma síntese com a essência do enfoque histórico-cultural. Qual é a essência? A síntese está no desenvolvimento das funções psíquicas superiores, em como as funções psíquicas naturais se transformam em funções psíquicas superiores através das inter-relações interpessoais e da medicação de signos.

**Roseli Fernandes Lins Caldas:** Bom, infelizmente, precisamos encerrar a conferência. Obrigada. Eu quero agradecer muito ao Guillermo, quero agradecer ao CRP, o apoio grande que a gente teve do pessoal de eventos, agradecer a cada um de vocês que ficaram, que ouviram, que se apropriaram, certamente a gente sai com ganho, não é verdade? Agradecimento à profa. Susete que me ajudou na organização. Fico muito feliz que a educação tenha esse espaço aqui no Mackenzie. Muito, muito obrigada a todos vocês. 🙏





Realização:



Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**